

Relatório da Administração 2017



Cermoful - Cooperativa Fumacense de Eletricidade
Rua Prefeito Paulino Bif, nº 151 - Centro - Morro da Fumaça - CEP 88830-000
Fone: (48) 3434-8100 - cermoful@cermoful.coop.br

ÍNDICE

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO	7
CARTA DO PRESIDENTE	8
CONJUNTURA ECONÔMICA	9
Tarifas de energia	9
Investimento remunerável	9
DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA	11
Número de consumidores	11
Mercado Atendido	11
Comportamento do mercado	12
Balanço Energético	12
Consumo por classe de consumidores	13
Receita	13
Receita líquida por classe de consumidores	14
Tecnologia da informação	15
Novos negócios e parcerias	15
Investimentos	17
Captações de recursos	17
Valor adicionado	17
Composição acionária	17
Comportamento do preço das quotas	17
Atendimento a associados	17
Relações com o mercado	17
Composição das quotas de capital social	18
GESTÃO	18
Planejamento empresarial	18
Recursos humanos	19
Responsabilidade social	19
Permissionária em números	19
Área de permissão	20
DESEMPENHO COMERCIAL	21
Serviços executados	21
Subestações	21
Alimentadores	21
Troca de medições	21
Vistorias	21
Plantão	21
Balanço energético - Janeiro a dezembro/2017	21
PLANO DE ATIVIDADES – 2018	22
Distribuição	22
Comercialização	22
Administração	22
AUDITORES INDEPENDENTES	22
AGRADECIMENTOS	22
BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO	23
BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO	24
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS	25
DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL	26
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA	27
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA- DFC	29
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE E DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTARIAS	30
DEMONSTRAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DAS SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO DE 2017	31
NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETARIAS	32
1. Contexto operacional	32
2. Das permissões	32
3. Apresentação das demonstrações contábeis	32
4. Principais práticas contábeis	32

5. Caixa e equivalentes de caixa	35
6. Consumidores	35
6.1. Composição das contas a receber	35
6.1.1 Circulante	35
7. serviços em curso	36
8. Tributos a compensar	36
8.1. Circulante	36
8.2. Não circulante	36
9. Estoques	37
10. Ativos financeiros setoriais	37
11. Despesas pagas antecipadamente	37
12. Outros ativos circulantes	37
13. Depósitos judiciais	38
14. Ativo reversível	38
15. Investimentos	38
16. Intangível	39
16.1 Obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica	40
16.2 – ITG 10 - Custo atribuído	40
16.3 - ITG 01 - Contratos de concessão/permissão	40
16.4 - Redução ao valor recuperável - <i>Impairment</i>	40
17. Fornecedores	40
18. Empréstimos e financiamentos	41
18.1. Circulante	41
18.2. Não circulante	41
19. Folha de pagamento	42
20. Tributos	42
20.1 Circulante	42
20.2 Não circulante	42
21. Provisões para litígios	43
22. Encargos setoriais	44
23. Passivos regulatórios	45
24.1 Outros passivos circulantes	45
24.2 – Outros passivos não circulantes	45
25. Obrigações vinculadas à permissão do serviço público	45
26. Patrimônio líquido	45
26.1 Capital social	46
26.2 Ajuste de avaliação patrimonial	46
26.3 Reservas de sobras	46
26.4 Sobras a distribuir	46
26.5 Aplicação do ICPC 14 - Cota de cooperados em Entidades Cooperativas	47
27. Receita operacional	47
27.1. Fornecimento de energia elétrica	47
27.2. Ativos e passivos regulatórios	47
27.3. Serviços cobráveis	48
27.4. Doações, contribuições e subvenções ao serviço concedido	48
27.5. Outras receitas operacionais	48
28. Deduções da receita operacional	48
29. Energia elétrica comprada para revenda	49
30. Despesas operacionais	49
30.1. Despesas de pessoal e administradores	49
30.2. Outras despesas operacionais	49
30.3. Gastos diversos	50
30.4. Outras despesas	50
31. Resultado financeiro	50
31.1 Receitas financeiras	50
31.2 Despesas financeiras	51
32. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social	51
32.1. Sobras antes IR e CSLL	51
33. Participação nos resultados	51
34. Plano previdenciário e outros benefícios aos empregados	51
35. Transações com partes relacionadas	52

36. Instrumentos financeiros	52
37. Demonstrações do resultado do exercício segregado por atividade	52
37.1. Principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações por Unidades de Negócio:	53
37.2 Conciliação das demonstrações de resultado:	54
38. Programa de recuperação fiscal - REFIS	54
39. Seguros	54
40. Eventos subsequentes	55
PARTICIPAÇÕES	56
DISTRIBUIÇÃO	58
Ligação de consumidores	58
Número de consumidores	59
Fonte: Departamento Comercial – CERMOFUL 2017	59
Comportamento do mercado	59
Balanco energético	60
Receita	61
Número de consumidores	62
Tarifa	62
Tarifa por faixa de consumo	63
Qualidade do fornecimento	63
DEC e FEC CERMOFUL 2017	63
Fonte: Departamento Comercial – CERMOFUL 2017	63
Atendimento ao consumidor	64
Tecnologia da informação	64
Novos negócios	64
Participações da CERMOFUL:	64
DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO	65
Sobras	65
Investimentos	66
Evolução e projetos de investimento	66
Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição	66
Valor adicionado	67
Política de reinvestimento e distribuição de dividendos	67
Composição do capital	67
Comportamento do preço das cotas partes	67
Atendimento aos associados	67
Relações com o mercado	68
GESTÃO	68
Administração	68
Planejamento empresarial	68
Gestão pela qualidade total	69
Recursos humanos	69
Responsabilidade social	69
Permissãoária em números	69
AUDITORES INDEPENDENTES	71
AGRADECIMENTOS	71
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	72
BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO	73
BALANÇO PATRIMONIAL – PASSIVO	74
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	75
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE E DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS	76
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC	77
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL	78
NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	79
BALANÇO PATRIMONIAL REGULATORIO E SOCIETÁRIO	101
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS	102

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

ASSOCIADOS

Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades no exercício de 2017.

Em conjunto com as demonstrações contábeis societária e regulatórias elaboradas em conformidade com a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que rege as atividades cooperativas no Brasil, legislação societária brasileira, e Manual de Contabilidade do setor elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Cermoful para a sociedade parceiros associados e consumidores.

CARTA DO PRESIDENTE

CENÁRIO

A Cooperativa Fumacense de eletricidade - Cermoful manteve sua atuação no segmento de distribuição de energia elétrica, ampliando seus conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados nos 54 anos de sua existência.

O contrato de permissão para distribuição de energia elétrica nº 040/2010, de 30 de julho de 2010, representa a continuidade e regulamentação da empresa em nossa área de atuação garantindo a modicidade tarifária aos associados e consumidores.

O prazo de vigência do contrato de permissão é 30 (trinta) anos com cláusula contratual de prorrogação por igual período o que expressa uma conquista significativa do cooperativismo brasileiro instituída pela Lei nº 12.111 de 09/12/2009.

Em 2017, a tímida recuperação da economia na área da permissão teve um reflexo positivo sobre a demanda por energia elétrica, com destaque para o setor comercial com um aumento de 4,46% com relação à 2016.

O consumo do setor industrial e o maior segmento de mercado, atingindo o patamar de 61,06 GWh (59,62 GWh em 2016) e representando 55,66% de toda a energia comercializada pela permissionária em 2017.

A qualidade do sistema elétrico de distribuição sempre mantida conforme o plano de metas aprovado nas últimas assembleias gerais vem garantindo a qualidade do fornecimento e o bom relacionamento com os associados consumidores.

O exercício social registrou uma redução nas tarifas de aplicação ainda resultante do efeito financeiro das bandeiras tarifárias não recolhidas.

A administração promoveu de forma igualitária o desenvolvimento aos associados e consumidores de sua área de atuação com objetivo de manter melhores perspectivas sociais.

O novo conselho de administração promoveu revisões significativas nas disposições do planejamento estratégico em vigência, resultando em início de recuperação econômica na permissão.

CONJUNTURA ECONÔMICA

Ambiente macroeconômico

O ambiente econômico global no ano de 2017 foi relativamente bom registrando um crescimento em torno de 3,7%, sendo que as previsões das atividades foram revisadas para cima à medida que o ano avançava, especialmente na Europa contrariando a previsão da Organização das Nações Unidas (ONU) que previa uma modesta recuperação da economia global em 2017 e 2018.

A melhora dos indicadores sinaliza mais uma estabilização econômica do que uma retomada robusta e sustentável da economia internacional.

No entanto, nesse mesmo período a economia foi estável para a grande nação asiática, a China, que já não cresce ao ritmo de cinco anos atrás, mas que obteve um avanço estimado de 6,8% em seu produto interno bruto (PIB).

O aumento previsto para o crescimento global em 2018 é de aproximadamente 4%, porém, a inflação passará de um fator situado abaixo das previsões para um indicador que as supere. Portanto, poderá ser o ano das surpresas nas políticas monetárias.

Além disso, os dados positivos foram generalizados, como demonstra o fato de que apenas 6% das economias fecharam o ano em recessão, enquanto 72% dos países cresceram acima dos 2%.

A previsão de crescimento para a zona do euro em 2018, por exemplo, elevou de 1,8% para 2%. Espera-se que as atividades se apoiem em fatores como o consumo, o emprego, um maior gasto público e mais investimento empresarial.

Os Estados Unidos entrou em uma fase de ciclo cada vez mais madura, os relatórios de estratégia não apreciam sinais de recessão em curto prazo e preveem crescimento do PIB superiores a 2% em 2018. Os fundamentos continuam apoiando sua expansão. A demanda interna continuará dando suporte ao crescimento, assim como o consumo privado e o investimento, que crescem em ritmos elevados, ao mesmo tempo em que o índice de desemprego está em níveis mínimos.

No Brasil, a atividade econômica também saiu do vermelho e o PIB cresce durante três trimestres consecutivos, fazendo-se acreditar que o crescimento no país para 2018 passou de 2% para 3%.

O país em 2017 ainda continuou a sofrer os efeitos de uma crise, de modo que o governo reconheceu e promoveu um ajuste fiscal com a redução de juros que em conjunto com a queda da inflação apresentaram fraca recuperação.

O alto índice de desemprego, o endividamento da população e a possível reforma da previdência consolidam um cenário de grande incerteza no território nacional, devendo este ser um ano conturbado para a nação brasileira.

O reposicionamento tarifário do serviço de distribuição de energia elétrica, ao contrário do ano anterior, tem sido elevado, visto que está suportando custos não aplicados em reajustes anteriores, o que aumenta as tarifas de fornecimento a índices superiores a inflação.

Tarifas de energia

As tarifas de fornecimento atuais em vigor estabelecidas na resolução homologatória Aneel nº 2.339 de 31 de outubro de 2017 permanecem até o reajuste tarifário previsto para 30 de setembro de 2018.

Investimento remunerável

A base de remuneração é constituída pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e almoxarifado de operação, deduzida às obrigações vinculadas ao serviço público de energia elétrica (obrigação especial), resultando no investimento remunerável diminuído da cota de depreciação que compõe a parcela “B” da receita requerida pela permissionária, dados demonstrados em nota explicativa.

A permissionária visando o interesse social consolidado em sua natureza jurídica firmou com a agência reguladora aditivo de contrato aderindo as disposições contidas no PRORET 8.4 aprovado pela resolução normativa ANEEL nº 704/2016 que estabelece o limite de valor da parcela “B” a ser incorporado as tarifas de fornecimento;

A natureza jurídica cooperativas determina uma variável significativa na base de remuneração, considerando que são sociedades regidas por lei específica a que se observar o disposto no texto da Lei nº 5.764/71 de 16 de dezembro de 1971:

“Art. 3º Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro”.

A característica sem fins lucrativos é uma determinante do princípio cooperativista que consolida o atendimento prioritário ao interesse social.

DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

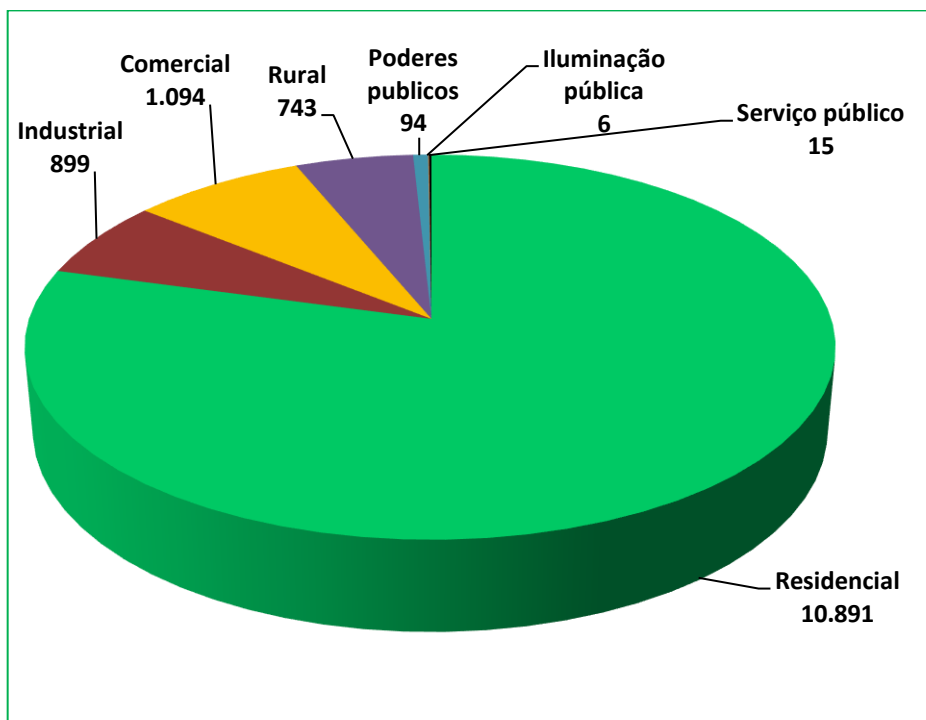
A Cermoful - Cooperativa Fumacense de Eletricidade distribui energia elétrica no município de Morro da Fumaça com poligonais envolventes no município de Criciúma, Cocal do Sul, Içara, Urussanga e Pedras Grandes, atendendo 13.742 consumidores em sua área de permissão sendo 13.237 associados e 505 público indistinto, não registrando atendimento a consumidores livres. As áreas atendidas indicam para o município de Morro da Fumaça 78,727 km², Criciúma 27,162 km², Cocal do Sul 5,375 km², Içara 10,951 km², Urussanga 3,347 km² e Pedras Grandes 13,942 km².

Ligação de consumidores - foram realizadas, no ano de 2017, 384 novas ligações, 501 religações de unidades consumidoras que estavam desativadas da rede e 530 desligamentos definitivos. Com destaque para as 384 ligações novas que foram: 163 residenciais, 30 comerciais, 02 rurais, 185 industriais e 04 poder público; totalizando 13.742 consumidores atendidos pela permissionária, número 2,65% superior ao ano de 2016.

Número de consumidores

Classe	2013	2014	2015	2016	2017
Residencial	9.420	9.799	10.476	10.683	10.891
Industrial	552	659	739	798	899
Comercial	957	978	1.052	1.066	1.094
Rural	710	719	717	728	743
Poderes públicos	88	90	91	91	94
Iluminação pública	6	6	6	6	6
Serviço público	12	14	13	15	15
Total	11.745	12.265	13.094	13.387	13.742
Variação	3,88%	4,43%	6,76%	2,24%	2,65%

Mercado Atendido



Comportamento do mercado

A distribuição de energia da Cermoful no período de janeiro a dezembro de 2017 foi de 109,75 GWh (107,16 GWh em 2016).

Registrou-se no exercício um aumento no consumo da permissionária sendo o segmento do mercado que mais contribuiu para esse resultado foi o industrial. As demais classes também apresentaram um tímido crescimento em relação ao ano de 2016.

A classe industrial apresentou aumento de 2,42% no consumo de energia elétrica, o que mostra que esse setor está em recuperação minimizando os problemas dos últimos anos.

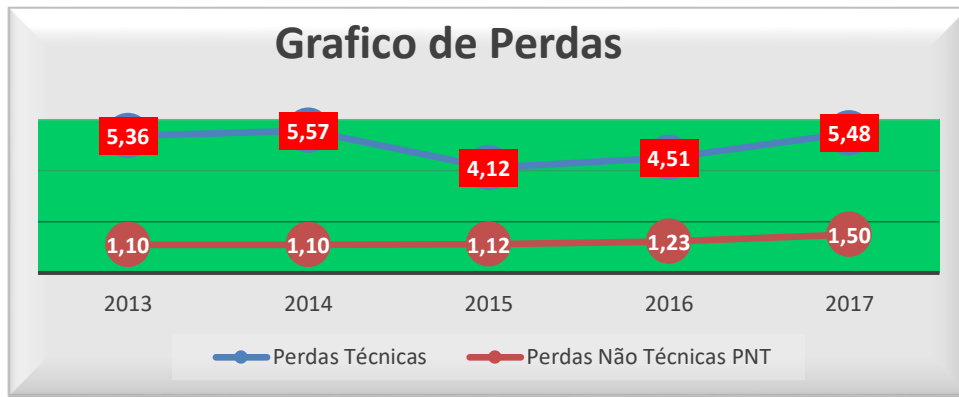
A classe residencial apresentou evolução com um crescimento de 1,65%.

GWh	2013	2014	2015	2016	2017
Energia Faturada	104,25	116,22	112,95	107,16	109,75
Fornecimento	104,25	116,22	112,95	107,16	109,75
Residencial	22,45	23,90	24,77	26,03	26,46
Industrial	62,77	71,39	66,90	59,62	61,06
Comercial	11,17	12,32	12,08	12,11	12,65
Rural	2,94	3,37	3,20	3,33	3,48
Poderes Públicos	0,71	0,81	0,81	0,83	0,84
Iluminação Pública	4,08	4,29	5,03	5,08	5,09
Serviço Público	0,13	0,14	0,16	0,16	0,17
Total	104,25	116,22	112,95	107,16	109,75
Variação (%)	7,75	11,48	(2,81)	(5,13)	2,42

As perdas totais de energia sobre a energia requerida apresentou uma pequena variação de 2017 para 2016. Esta situação ocorre em função de divergência em calendário de leitura.

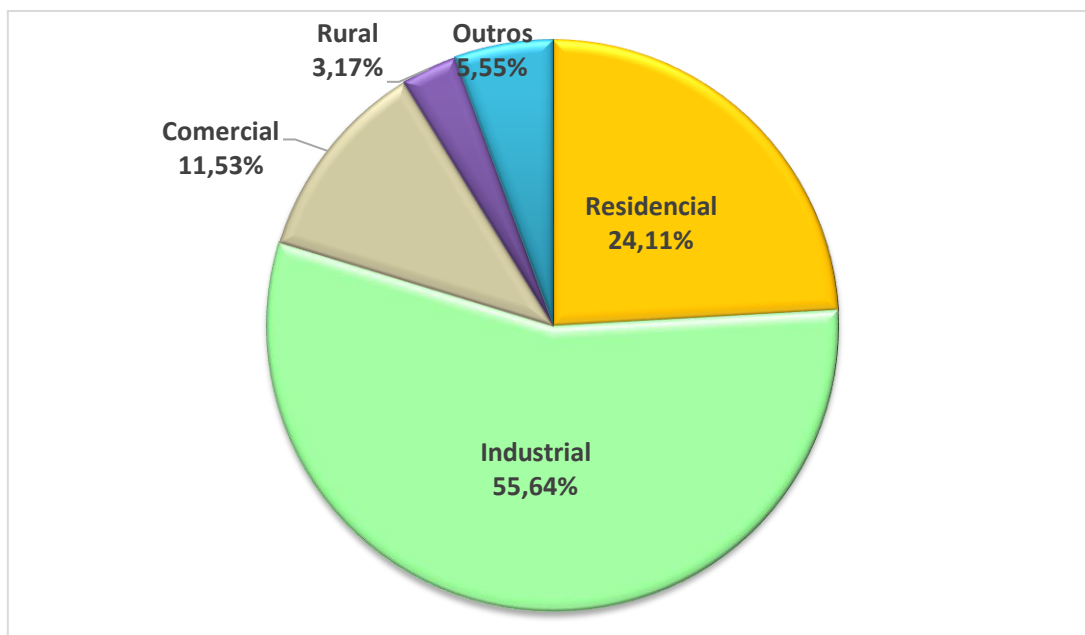
Balço Energético

Energia Requerida	2013	2014	2015	2016	2017
Venda de Energia					
Fornecimento	104,25	116,22	112,95	107,16	109,75
Consumidores livres	-	-	-	-	-
Energia contratual	-	-	-	-	-
Energia de curto prazo	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	104,25	116,22	112,95	107,16	109,76
Perdas Técnicas	5,36	5,57	4,12	4,51	5,48
Perdas Não Técnicas PNT	1,10	1,10	1,12	1,23	1,50
Perdas Totais	6,46	6,67	5,24	5,74	6,98
PT /Energia Requerida	5,84	5,43	4,43	4,08	5,98
Total	110,71	122,89	118,19	112,90	116,73



Consumo por classe de consumidores

CONSUMO EM GWH

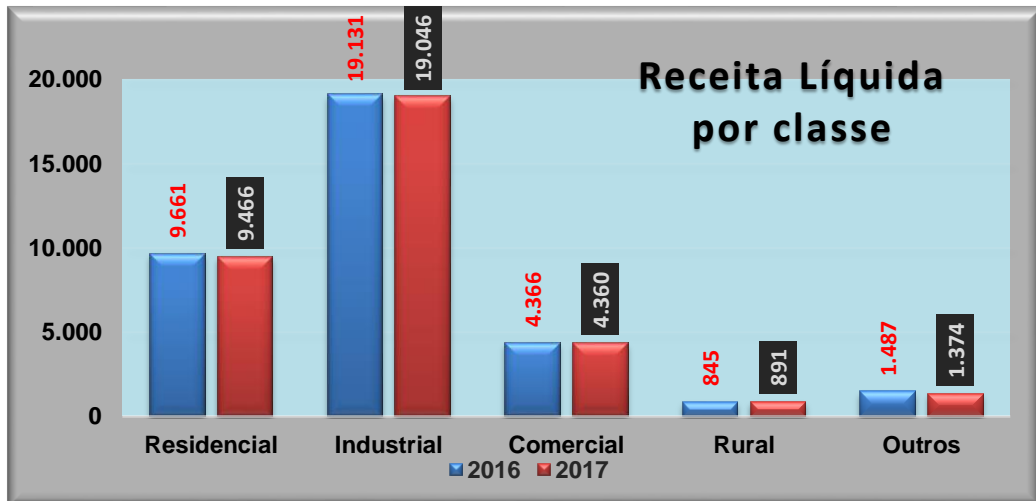


Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 35.137 mil, conforme quadro a seguir:

Classe	Receita líquida em R\$ mil		
	2016	2017	%
Residencial	9.661	9.466	(2,02)
Industrial	19.131	19.046	(0,44)
Comercial	4.366	4.360	(0,14)
Rural	845	891	5,44
Outros	1.487	1.374	(7,60)
Total	35.490	35.137	(0,99)

Receita líquida por classe de consumidores



Número de consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2017 apresentou um crescimento de 2,65 % sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Classe	2016	2017
Residencial	10.683	10.891
Industrial	798	899
Comercial	1.066	1.094
Rural	728	743
Outros	112	115
Total	13.387	13.742
Varição	2,24%	2,65%

Tarifas - A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2017, atingiu R\$ 320,17/MWh, com redução de 3,33% com relação a dezembro de 2016.

Classe	Tarifa média de fornecimento	
	2016	2017
	R\$/MWH	R\$/MWH
Residencial	371,22	357,84
Industrial	320,89	311,95
Comercial	360,46	344,64
Rural	253,83	256,25
Outros	315,39	289,65
Média	331,21	320,17

A tarifa bruta da concessionária está apresentada sem o valor dos impostos aplicados a cada classe de consumo

Qualidade do fornecimento - Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor).

A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	Dec (horas)	Fec (interrupções)	Tempo de espera (horas)
2013	11,75	6,6	0,37
2014	4,96	6,79	0,41
2015	2,47	3,37	0,44
2016	2,78	3,02	0,42
2017	2,18	3,18	0,51

Atendimento ao consumidor - O programa de recuperação e ampliação do sistema de distribuição, tem o objetivo de transformar todo o sistema de distribuição em circuitos trifásicos. Com este empreendimento e investimentos de R\$ 3.120 mil, a Cooperativa atingirá 100% de redes trifásicas em sua área de permissão.

Tecnologia da informação

Os negócios de uma permissionária de energia dependem de soluções adequadas de tecnologia da informação, a qual dá suporte a praticamente tudo o que a permissionária faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Em 2017, foram mantidos os sistemas operacionais e realizadas as atualizações necessárias.

Novos negócios e parcerias

No novo ambiente empresarial e de mercado em que a Cermoful opera, é fundamental assegurar maior competitividade e melhor qualidade, assim como o atendimento de novas necessidades dos consumidores.

No entanto como a permissionária tem sua área de atuação pequena e toda eletrificada tem voltado seus esforços para o bem estar de seus associados.

Buscando minimizar custos iniciou se no exercício o processo de incorporação da Cooperativa Fumacense de Desenvolvimento e Infraestrutura cujo quadro social é composto pelos associados da permissionária.

Participações:

Empresas	Investimento (em R\$ Mil)	Participação da permissionária (em %)	Negócio
Sicoob	349	*	Investimentos
Fecoerusc	4	*	Associação
Sicredi	41	*	Investimentos
TOTAL	394	*	*

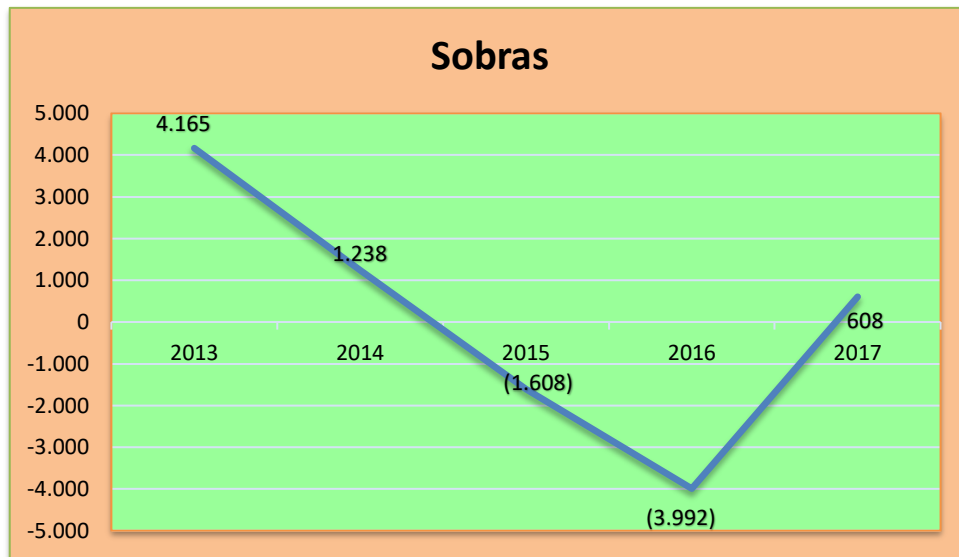
A participação não é caracterizada em percentagem visto que a lei 5.764/71 rege estas entidades associativas.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em 2017 a permissionária apurou sobras no valor de R\$ 608 mil, contra perdas de R\$ 3.992 mil em 2016.

Atendendo ao disposto no artigo 52 do estatuto social parte das perdas foram abatidas do fundo de reserva legal constituído para tal fim e o restante levado a apreciação da assembleia com a sugestão de que sejam adicionadas do fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição.

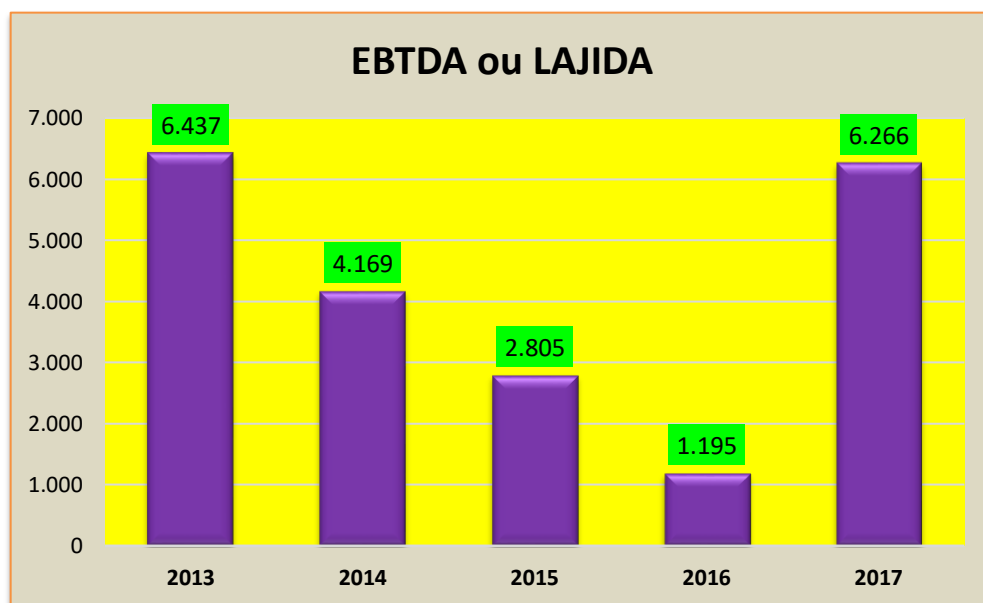
A receita operacional líquida atingiu R\$ 37.159 mil, enquanto em 2016 situou-se em R\$ 32.810 mil. Este aumento de 13,26 % ocorrido no exercício 2.017 advem da recuperação de mercado. As sobras e perdas dos últimos 05 (cinco) exercícios apresentam-se conforme evolução abaixo.



Fonte: Departamento de contabilidade - CERMOFUL 2017.

As despesas operacionais totalizaram em 2017 R\$ 33.466 mil, 2,37% inferiores em relação à 2016, destacando-se a redução no custo de operação com 3,74%. A rentabilidade do patrimônio líquido do exercício foi de (3,93)% contra (26,70)% em 2016.

O **EBITDA ou LAJIDA**, sobra antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 6.266 mil, superior em 524,35% a 2016, que foi de R\$ 1.195 mil, conforme evolução abaixo:



Fonte: Departamento de contabilidade - CERMOFUL 2017.

Investimentos

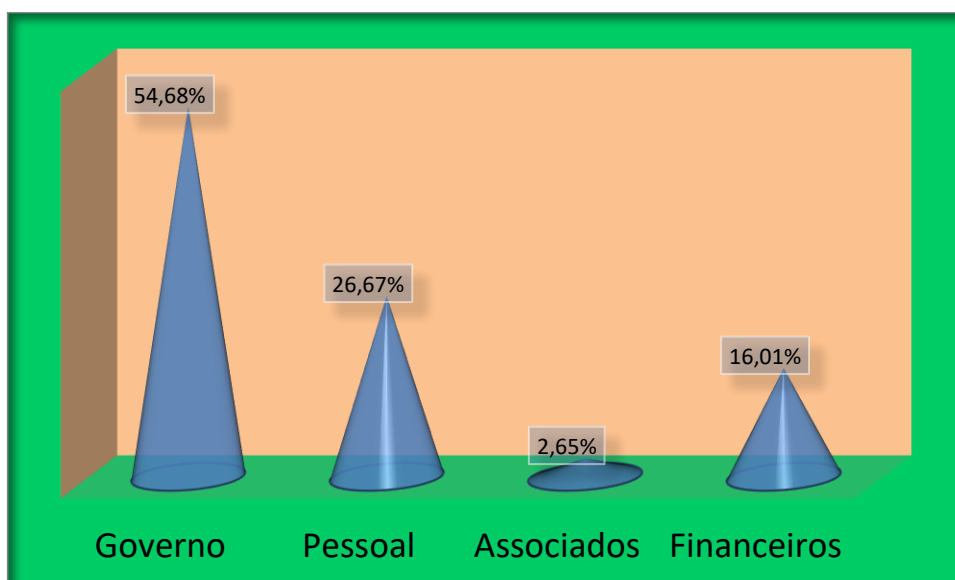
No exercício os investimentos da Cooperativa, importaram em R\$ 3.120 mil, 79,31% superiores em relação a 2016, Todos aplicados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição.

Captações de recursos

Para viabilizar o programa de investimentos do ano, a permissionária captou um total de R\$ 3.120 mil em recursos oriundos da quota de reintegração e fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição e sobras do exercício.

Valor adicionado

Em 2017, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela permissionária foi de R\$ 22.941 mil, representando 47,91% da receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:



Política de reinvestimento e distribuição de sobras

Aos associados é garantido estatutariamente a decisão sobre as sobras líquidas apuradas e perdas quando ocorrer.

Como ocorreu sobras no exercício a permissionária atendendo a legislação cooperativista e estatuto social constituiu os fundos conforme determinação estatutária e o saldo será deliberado em assembleia geral ordinária.

Composição acionária

Em 31 de dezembro de 2017 o capital social da permissionária era de R\$ 10.614 mil, composto por 10.614 mil quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Comportamento do preço das quotas

De janeiro a dezembro de 2017, as quotas mantiveram os preços estabelecidos na reforma estatutária realizada no dia 27 de março de 2014 que estabeleceu em seu artigo 15º aumento ao capital mínimo a ser subscrito e integralizado por novos associados.

Atendimento a associados

Como empresa transparente, moderna e aberta, a permissionária mantém a disposição dos seus associados consumidores, serviço de atendimento, instalado na sede social, sito a Rua Prefeito Paulino Biff, 151 – Morro da Fumaça – SC.

Os mesmos serviços estão disponíveis também pelos telefones: 0800-6432616 e 48-34348100, com atendimento 24 horas.

Relações com o mercado

Ao longo do ano, a cooperativa atendeu seus associados consumidores com serviços sociais. E também realizou assembleia geral na forma estabelecida no estatuto social.

RELAÇÃO COM ASSOCIADOS

Política de reinvestimento e distribuição de sobras

Estatutariamente é garantido aos associados à destinação das sobras líquida do exercício.

Composição das quotas de capital social

Número de associados	
Total de associados em dezembro de 2016	15.464
(+) Admitidos em 2017	513
(-) Demitidos em 2017	283
(-) Eliminados em 2017	-
(-) Excluídos em 2017	33
Total	15.661

O capital social da permissionária em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 10.614 Mil, composto por 10.614 Mil quotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

	Legislação Societária	
	2017	2016
Capital subscrito	10.614	10.700
(-) Capital a realizar	-	5
Total	10.614	10.695

GESTÃO

Administração:

A Cermoful mantém sua estrutura organizacional, em conformidade com os parâmetros do novo modelo institucional do setor elétrico e os novos cenários da economia brasileira. A medida atende às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A intenção da ANEEL é assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de venda de energia elétrica para garantir aos consumidores que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento empresarial

O êxito que a permissionária vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

O planejamento que a permissionária executa é monitorado constantemente e para obtenção de êxito seu processo de adaptação às mudanças no setor elétrico são revistas periodicamente.

A permissionária define suas ações com base no planejamento estratégico por meio de cenários alternativos.

Essa decisão administrativa proporciona o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial da unidade criando um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças ambientais.

Tendências identificadas serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das unidades de negócios para os horizontes de curto e médio prazo.

A visão facilitada pelo planejamento possibilitou a permissionária suportar as variações de mercado e tarifaria ocorrida no exercício.

Gestão pela qualidade

Em 2017, as atividades relacionadas com a Gestão compreenderam a manutenção da Certificação da ISO 9.001 a todos os setores da permissionária.

Recursos humanos

Em 2017 a permissionária não realizou investimentos em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados porém os treinamentos de capacitação planejados foram todos executados com recursos oriundos de auxílio do SESCOOP.

O investimento resultou na redução do quadro de empregados da permissionária.

Responsabilidade social

A permissionária continua a priorizar seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Permissionária em números

Dados operacionais	2017	2016	%
Linhas de distribuição (km)	505,26	596,80	(15,34)
Capacidade instalada (MVA)	59,03	53,42	10,50

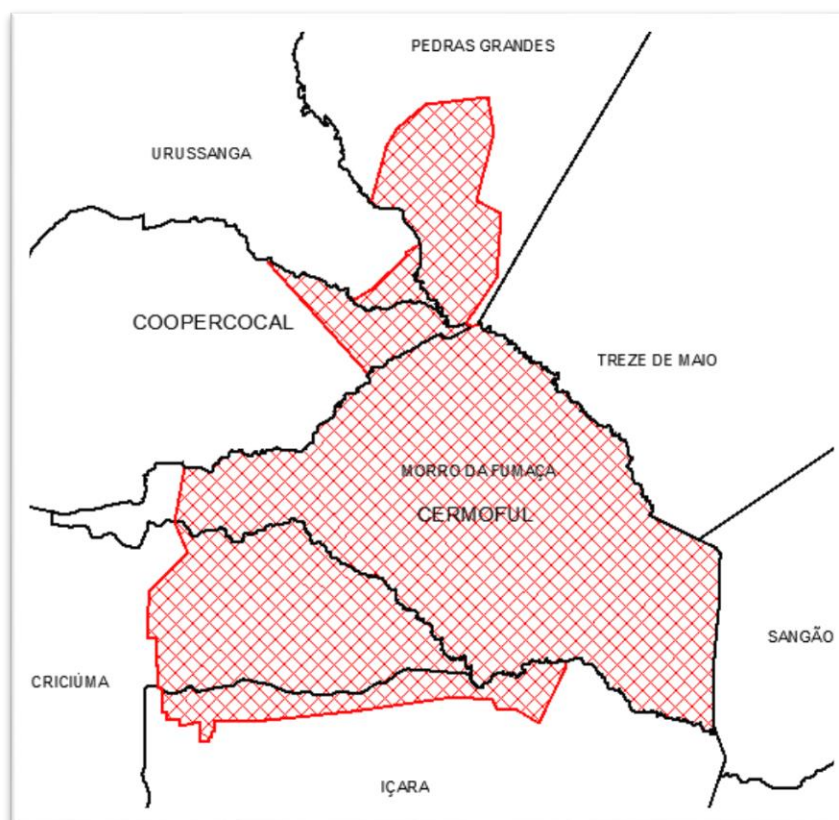
Atendimento	2017	2016	%
Número de consumidores	13.742	13.387	2,65
Número de empregados	47	54	(12,96)
Número de consumidores por empregado	292	248	17,94
Número de postos de atendimento	1	1	-

Indicadores de desempenho	2017	2016	%
Salário médio dos funcionários em R\$ (mil)	5,08	4,72	7,63
Energia comprada por funcionário em MWH	2.483,62	2.090,74	18,79
Energia comprada por consumidor em MWH	8,49	8,43	0,72

Dados financeiros	2017	2016	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	54.355	50.885	6,82
Receita operacional líquida (R\$ mil)	37.159	32.810	13,26
Margem operacional do serviço líquida (%)	1,64	(12,17)	743,79
EBITDA ou LAJIDA	6.266	1.195	424,35
Sobras líquidas (R\$ mil)	608	(3.992)	656,58
Sobras líquidas por lote de 1000 quotas (R\$ mil)	0,61	(3,99)	656,58
Patrimônio líquido (R\$ mil)	15.480	14.953	3,52
Valor patrimonial do lote de mil quotas (R\$ mil)	15,48	14,95	3,52
Rentabilidade do patrimônio líquido	3,93	(26,69)	679,72
Endividamento do patrimônio líquido	262,13	276,92	(5,34)

Mercado	2017	2016	%
Área de permissão (Km ²)	139,05	139,05	-
Demanda máxima (MW)	24,69	23,03	7,21
Distribuição direta (MWh)	109.746	107.164	2,41
Consumo residencial médio (MWh/ano)	2,20	2,17	1,64
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	320,17	331,21	(3,33)
Total (exceto curto prazo)			
Residencial	357,84	371,22	(3,60)
Industrial	311,95	320,89	(2,79)
Comercial	344,64	360,46	(4,39)
Rural	256,25	253,83	0,95
Poderes públicos	362,49	391,17	(7,33)
Iluminação pública	199,27	218,26	(8,70)
Serviços públicos	307,20	336,73	(8,77)
DEC (horas) – Conjunto – Cermoful	2,18	2,78	(21,58)
FEC (nº de interrupções) – Conjunto – Morro da Fumaça	3,18	3,02	5,30
População atendida (em milhares)	46,88	46,88	-
Número de reclamações para 13.742 consumidores	1.195	1.128	5,94

Área de permissão



DESEMPENHO COMERCIAL

Serviços executados

Redes de distribuição	Redes novas	
	Alta tensão	Baixa tensão
Área de atuação	5,41	13,27

Subestações

Municípios	Transformadores	
	Implantados	Substituídos
Área de atuação	35	38

Alimentadores

As atividades planejadas que permite atender todas as normas de controle de qualidade a escolha visando a melhor alternativa de expansão, melhoria e confiabilidade do sistema de distribuição de energia elétrica e no atendimento dos consumidores foram realizadas ao longo do exercício.

Os serviços de manutenção preventiva e corretiva nos sistemas de distribuição foram executados com equipes especializadas, própria e eventualmente de terceiros melhorando os índices de qualidade no sistema de distribuição de energia elétrica.

Troca de medições

No período foram executados 280 serviços de troca de medição sem que os custos de mão de obra fossem repassados ao associado.

Vistorias

O serviço de vistorias e troca de medições nas unidades consumidoras é uma constante o que reduz as perdas elétricas do sistema de distribuição. Foram realizadas 678 vistorias.

O setor comercial manteve a priorização a normalização dos padrões de medição de energia elétrica, com a utilização de medição eletrônica nas indústrias as quais foram ações que permitem maior segurança e uma melhor análise dos dados dos consumidores.

Plantão

A central de operação de distribuição atendeu a 10.802 chamadas nas diversas localidades atendidas resultando em várias ocorrências, em serviços de correção no sistema de distribuição e também orientação do consumidor nos procedimentos corretos para o uso da energia elétrica.

Balanco energético - Janeiro a dezembro/2017.

A Cermoful permissionária adquiriu da supridora Celesc Distribuição S/A o total de 116.733 MWh/ano incluídos os montantes da energia do PROINFA (Programa de incentivo as fontes alternativas de energia elétrica) e micro geração e distribuiu o equivalente a 109.746 MWh /ano com um percentual de perdas de 5,98 %.

As obras necessárias foram executadas no sistema de distribuição de energia elétrica, para dar maior segurança e confiabilidade ao sistema, garantindo uma melhor qualidade na energia distribuída.

Os índices de qualidade estabelecidos estão ajustados de forma a apresentar a realidade das interrupções de fornecimento.

A continuidade do serviço de manutenção preventiva e corretiva tem evitado e reduzido desligamentos sucessivos.

PLANO DE ATIVIDADES – 2018

Distribuição

Redes e equipamentos

Redes e equipamentos	2018
Automação de religadores	20
Aquisição de Religador automático	150
Obras de melhoria	400
Obras de manutenção	240
Medidores	24
TOTAL	834

Comercialização

Intensificar o serviço de fiscalização nas unidades consumidor para reduzir perdas não técnicas.

Aprimorar os controles para monitorar o atendimento de forma a melhorar as metas de desempenho comercial.

Concluir a implantação do sistema de fatura instantânea e melhorar o canal de comunicação com os associados e consumidores.

Administração

Concluir o processo de incorporação da Cooperativa Fumacense de Desenvolvimento e Infraestrutura.

Atualização e revisão do quadro social visando o cumprimento ao disposto no estatuto social.

AUDITORES INDEPENDENTES

A Audiconsult Auditores S/S – São José – SC prestou os serviços de auditoria externa relativa às demonstrações financeiras do exercício de 2017.

AGRADECIMENTOS

Ao conselho de administração que sempre participou das decisões e se mantiveram unidos nas questões de interesse da **Cermoful**.

Ao empenho e dedicação do quadro funcional, que conseguiu executar todas as atividades inerentes ao bom desempenho da permissão.

A outros que indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da permissionária são seguramente a garantia do objetivo alcançado.

Ao associado consumidor que participou intensamente de todas as atividades da permissionária expressando confiança e na árdua luta de consolidação do ideal cooperativo.

Morro da Fumaça - SC, 23 de janeiro de 2018.



Ricardo Tadeu Canto Bittencourt
Presidente

Everton Luiz Meneghel
Secretário

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO
 Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Legislação Societária	
		2017	2016
ATIVO			
Circulante		12.601	11.887
Caixa e equivalentes de caixa	5	570	624
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6.1.1	9.895	8.230
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.1.1	(1.601)	(1.102)
Serviços em curso	7	1.350	1.559
Tributos a compensar	8.1	201	289
Estoque	9	450	609
Ativos financeiros setoriais	10	290	334
Despesas pagas antecipadamente	11	31	16
Outros ativos circulantes	12	1.415	1.328
Não Circulante		43.456	44.474
Realizável a longo prazo		6.361	6.245
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6.1.2	1.899	2.113
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6.1.2	(853)	(924)
Tributos a compensar	8.2	64	182
Depósitos judiciais	13	50	14
Ativo financeiro da permissão	14	5.201	4.860
Investimentos	15	394	377
Intangível em serviço	16	34.809	34.579
Intangível em curso	16	1.892	3.273
TOTAL DO ATIVO		56.057	56.361



As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

 RICARDO TADEU CANTO BITTENCOURT PRESIDENTE CPF 582.843.979-00	 WAGNER MENDES CORREA CONTADOR CRC/SC 031791/O-6
--	--

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Legislação Societária	
		2017	2016
PASSIVO			
Circulante		13.501	19.409
Fornecedores	17	1.582	6.117
Empréstimos e financiamentos	18.1	578	1.634
Folha de pagamento	19	802	843
Tributos	20.1	3.975	3.303
Provisão para litígios	21.1	459	24
Encargos setoriais	22	927	1.096
Passivos regulatórios	23	764	2.224
Outras passivos circulantes	24.1	4.414	4.168
Não Circulante		27.076	21.999
Empréstimos e financiamentos	18.2	8.889	9.294
Tributos	20.2	5.114	3.002
Provisões para litígios	21.2	2.263	2.263
Outros passivos não circulantes	24.2	5.752	3.447
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público	25	5.058	3.993
Patrimônio líquido	26	15.480	14.953
Capital social	26.1	10.614	10.695
Ajuste de avaliação patrimonial	26.2	736	736
Reservas de sobras	26.3	3.948	7.392
Sobras a disposição da AGO	26.4	182	(3.870)
TOTAL DO PASSIVO		56.057	56.361

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

 RICARDO TADEU CANTO BITTENCOURT PRESIDENTE CPF 582.843.979-00	 WAGNER MENDES CORREA CONTADOR CRC/SC 031791/O-6
--	--

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS
Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Legislação Societária	
		2017	2016
Receita operacional	27	54.355	50.885
Fornecimento de energia elétrica	27.1	48.676	45.788
Ativos e passivos regulatórios	27.2	2.031	1.277
Serviços Cobráveis	27.3	49	64
Doações, Contrib. e subvenções ao Serviço Concedido	27.4	484	494
Outra receitas Operacionais	27.5	3.115	3.262
(-) Deduções da receita operacional	28	17.196	18.075
ICMS	28	11.141	10.508
PIS-PASEP	28	19	15
COFINS	28	86	69
Encargos setoriais	28	5.950	7.483
(=) Receita operacional líquida		37.159	32.810
(-) Custo do serviço de energia elétrica		33.466	34.280
Custo da Energia Comprada		14.901	14.994
Energia elétrica comprada para revenda	29	9.574	9.373
Encargo de uso do sistema de distribuição	29	5.327	5.621
Custo de operação	30	18.565	19.286
Pessoal	30.1	6.880	6.641
Administradores	30.1	451	463
Material	30.2	461	394
Serviços de terceiros	30.2	1.949	2.581
Arrendamentos e alugueis	30.2	443	62
Seguros	30.2	34	31
Tributos	30.2	84	103
Depreciação e amortização	30.2	1.986	1.848
Gastos diversos	30.3	4.899	4.866
Outras despesas operacionais	30.4	1.378	2.297
(=) Resultado da Atividade		3.693	(1.470)
(+/-) Receita (despesa) financeira	31	(3.085)	(2.522)
(=) Sobras antes da contribuição social e imposto de renda		608	(3.992)
(-) Contribuição social	32.1	-	-
(-) Imposto de renda	32.1	-	-
(=) Sobras líquidas do exercício	32.1	608	(3.992)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

 RICARDO TADEU CANTO BITTENCOURT PRESIDENTE CPF 582.843.979-00	 WAGNER MENDES CORREA CONTADOR CRC/SC 031791/0-6
--	--



DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação societária						
	Capital Social	Ajustes de avaliações patrimoniais	Reservas de lucros			Saldo a disposição da AGO	Total do patrimônio líquido
			Fundo de reserva	FEMSD	FATES		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	10.688	736	648	7.548	2	19.622	
Capital Social							
Desmembramento	-	-	-	-	-	-	
Integralização das sobras	-	-	-	-	(3.992)	(3.992)	
Integralização de quotas	40	-	-	-	-	40	
Capital a integralizar	7	-	-	-	-	7	
Devolução de capital	(40)	-	-	-	-	(40)	
Integralização de reservas/fundos	-	-	-	-	-	-	
Realização de reservas/fundos	-	-	-	-	-	-	
Resultado do exercício (Ativ. com associados)	-	-	-	-	-	-	
Resultado do exercício (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	-	
Fates - Art. 87 da Lei 5.764/71 (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	-	
Destinações estatutárias:							
Fundo de reserva	-	-	(121)	(685)	-	121 (685)	
Fates	-	-	-	-	-	-	
Fundo expansão manutenção sistema distribuição	-	-	-	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	10.695	736	527	6.863	2	(3.870) 14.953	
Capital Social							
Integralização das sobras	-	-	-	-	-	-	
Integralização de quotas	22	-	-	-	-	22	
Capital a integralizar	5	-	-	-	-	5	
Devolução de capital	(108)	-	-	-	-	(108)	
Integralização de reservas/fundos	-	-	-	-	3.870	3.870	
Realização de reservas/fundos	-	-	(527)	(3.343)	-	(3.870)	
Resultado do exercício (Ativ. com associados)	-	-	-	-	1.400	1.400	
Resultado do exercício (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	(792)	(792)	
Fates - Art. 87 da Lei 5.764/71 (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	-	
Destinações estatutárias:							
Fundo de reserva	-	-	61	-	-	(61) -	
Fates	-	-	-	-	61	(61) -	
Fundo expansão manutenção sistema distribuição	-	-	-	304	-	(304) -	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	10.614	736	61	3.824	63	182 15.480	

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

 RICARDO TADEU CANTO BITTENCOURT PRESIDENTE CPF 582.843.979-00	 WAGNER MENDES CORREA CONTADOR CRC/SC 031791/0-6
--	--

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)



	Legislação Societária	
	2017	2016
Receitas	47.886	43.190
Venda de energia e serviços	50.756	47.129
Compartilhamento de infraestrutura	488	378
Outras receitas	3.111	3.378
Encargos setoriais	(5.950)	(7.483)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(519)	(212)
(-) Insumos adquiridos de terceiros	23.546	25.013
Insumos consumidos	14.901	14.994
Serviços de terceiros	1.949	2.581
Materiais	461	394
Outros	6.235	7.044
(=) Valor adicionado bruto	24.340	18.177
(-) Quotas de reintegração	1.986	1.848
Depreciação, amortização e exaustão	1.986	1.848
(=) Valor adicionado líquido produzido pela entidade	22.354	16.329
(+) Valor adicionado recebido em transferência	587	818
Receitas financeiras	587	818
(=) Valor adicionado total a distribuir	22.941	17.147
Distribuição do valor adicionado	22.941	17.147
Pessoal	6.118	5.893
Remuneração direta	4.705	4.677
Auxílio alimentação	339	337
Assistência médica/Plano de saúde	184	196
Encargos sociais exceto INSS	582	476
Outros	307	207
Governo	12.543	11.907
Federais	1.376	1.356
INSS (Folha de pagamento)	1.213	1.211
Pis/cofins	159	144
Outros	4	1
Estaduais	11.165	10.544
ICMS	11.141	10.508
IPVA	17	35
Outros	7	1
Municipais	2	7
IPTU	2	1
Alvará	-	1
Outros	-	5

Continua...

Continuação...

Remuneração de capital de terceiros	3.672	3.339
Outras despesas financeiras	3.672	3.339
Remuneração de capitais próprios	608	(3.992)
Sobras do exercício	608	(3.992)
Valor adicionado (médio) por empregado	488	318

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

 RICARDO TADEU CANTO BITTENCOURT PRESIDENTE CPF 582.843.979-00	 WAGNER MENDES CORREA CONTADOR CRC/SC 031791/O-6
--	--



DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA- DFC

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2017	2016
Atividades operacionais		
Sobra líquida do exercício	182	(3.992)
Despesas (receitas que não afetam o caixa)	2.505	2.060
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	519	212
Depreciação e amortização	1.986	1.848
Resultado ajustado do exercício	2.687	(1.932)
Redução (aumento) no ativo circulante	(1.266)	(1.412)
Consumidores	(1.665)	111
Tributos a compensar	89	272
Estoque	159	(125)
Serviços em curso	209	(1.180)
Despesa do exercício seguinte	(15)	(2)
Outros ativos circulantes	(43)	(488)
Aumento (redução) no passivo circulante	(5.908)	1.506
Fornecedores	(4.535)	895
Emprestimos e financiamentos	(1.056)	150
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	(41)	72
Tributos	672	(233)
Provisão para litígios	435	(4)
Encargos setoriais	(169)	(338)
Passivos regulatórios	(1.460)	1.079
Outras contas a pagar	246	(115)
Redução (aumento) no ativo não circulante	(114)	(4.177)
Tributos a compensar	118	128
Depósitos judiciais	(36)	34
Consumidores, concessionárias e permissionárias	214	215
Ajuste a valor presente	(68)	(66)
Ativos financeiros da permissão	(342)	(4.488)
Redução (aumento) no passivo não circulante	5.482	5.436
Tributos e contribuições sociais	2.112	2.317
Outros passivos não circulantes	2.305	2.287
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público	1.065	832
Total das atividades operacionais	881	(579)
Atividades de investimento		
Redução/Aumento no intangível	3.137	1.807
Outros Investimentos/pagamentos	(17)	(67)
Total das atividades de investimento	3.120	1.740
Atividades de financiamento		
Variação de Emprestimos e Financiamentos	(405)	(1.114)
Capital social	(81)	7
Utilização de reservas	(3.569)	(685)
Total das atividades de financiamento	(4.055)	(1.792)
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa	(54)	(631)
Saldo inicial de caixa	624	1.255
Saldo final de caixa	570	624
Variação no caixa e equivalentes de caixa	(54)	(631)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

 RICARDO TADEU CANTO BITTENCOURT PRESIDENTE CPF 582.843.979-00	 WAGNER MENDES CORREA CONTADOR CRC/SC 031791/O-6
---	---



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE E DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTARIAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2017	2016
RESULTADO/SOBRA LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	608	(3.992)
(+/-) Resultados Abrangentes	-	0
Reversão reserva de reavaliação NBC TG 27	-	-
Reversão reserva do FATES NBC T 10.8	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	608	(3.992)
RESULTADO COM TERCEIROS	(792)	-
Resultado líquido do exercício (Operações com não associados)	(792)	-
Base para destinações legais e estatutárias	608	(3.992)
Fundo de reserva - Art. 47, inc. I - Estatuto Social - 10%	(61)	122
FATES - Art. 47, inc. II - Estatuto Social - 10%	(61)	-
Fundo exp.manut. sistema distribuição - Art. 47, inc. III - Estatuto Social - 50%	(304)	-
FATES - Operações com terceiros	-	-
(=) RESULTADO/SOBRA ABRANGENTE ATRIBUÍVEL AOS ASSOCIADOS NA AGO	182	(3.870)



As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

 RICARDO TADEU CANTO BITTENCOURT PRESIDENTE CPF 582.843.979-00	 WAGNER MENDES CORREA CONTADOR CRC/SC 031791/O-6
--	--

DEMONSTRAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DAS SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO DE 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2017	2016
TOTAL DE RECURSOS	608	(3.992)
RECURSOS COM ASSOCIADOS	1.400	(3.248)
Sobra líquida do exercício (Atividades com associados)	1.400	(3.248)
Reversão reserva de reavaliação NBC TG 27	-	-
Reversão Reserva do FATES NBC T 10.8	-	-
RECURSOS COM NÃO ASSOCIADOS	(792)	(744)
Sobra Líquida do Exercício (Atividades com não associados)	(792)	(744)
(-) DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS	(426)	-
FATES (Atividades com associados)	(61)	-
FATES (Atividades com não associados)	-	-
Fundo expansão e manutenção sistema distribuição	(304)	-
Fundo de reserva	(61)	-
(-) AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	-	-
(=) SALDO A DISPOSIÇÃO DA AGO	182	(3.992)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

 RICARDO TADEU CANTO BITTENCOURT PRESIDENTE CPF 582.843.979-00	 WAGNER MENDES CORREA CONTADOR CRC/SC 031791/O-6
--	--

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SOCIETARIAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade é uma sociedade cooperativa, de capital aberto, controlada pelos associados, regida pela Lei nº 5.764/771, com atividade de prestação de serviço de distribuição de energia, em qualquer de suas formas, principalmente a elétrica, sendo esta atividade regulamentada pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Atende a 15.661 associados com 13.742 consumidores dos quais 13.237 são associados e 505 não associados e pela nova regulamentação do setor elétrico, estamos disponíveis para atender consumidores livres no Estado de Santa Catarina.

2. Das permissões

A permissão para a prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica é consolidada no contrato nº 040/2010-ANEEL, com área de atuação no município de Morro da Fumaça, com poligonais envolventes nos municípios de Criciúma, Içara, Cocal do Sul, Urussanga e Pedras Grandes.

3. Apresentação das demonstrações contábeis

Elaboradas em conformidade com a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que rege as atividades cooperativas no Brasil, Resolução do CFC nº 1.255/09 que estabelece as normas para apresentação das demonstrações financeiras das pequenas e médias empresas, disposições regulatórias e os princípios fundamentais da contabilidade.

Também cumpriu as disposições do manual de contabilidade do serviço público de energia elétrica, Resolução ANEEL nº 605/14 conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC), e estatuto social.

Adoção das normas brasileiras de contabilidade através da interpretação técnica NBC T 10.8 – IT 01, orientações emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) e instruções contidas no despacho nº 4.356 de 22 de dezembro de 2017 da SFF/ANEEL.

- ❖ Adoção do modelo de apresentação da PAC - Prestação Anual de Contas;
- ❖ Utilização das naturezas de gastos e centros de custos;
- ❖ Configuração dos detalhes conforme preenchimento da RIT - Relatório de Informações Trimestrais;
- ❖ Aplicação do plano de contas;
- ❖ Contabilização da mão de obra para as ordens em curso;
- ❖ Contabilização dos custos com deslocamento (km) para as ordens em curso;
- ❖ Contabilização da renda não faturada;
- ❖ Contabilização do rateio da administração central para atividades;
- ❖ Aplicação do OCPC 08.

Em atendimento ao previsto na Resolução CFC 1.292/10, que aprovou a NBC TG 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a administração avalia e entende que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da depreciação ou de custos previstos na empresa de referência, e que ao final da permissão os bens remanescentes serão indenizados.

Sendo assim, o entendimento da CERMOFUL é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis.

A Cooperativa Fumacense de Eletricidade - Cermoful apresenta no encerramento do exercício de 2017 as demonstrações contábeis societárias e regulatórias com valores expressos em milhares de reais, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) resolução ANEEL nº. 605 de 11 de março de 2014 e resolução ANEEL nº 396/2010 de 26 de fevereiro de 2010 e alterações posteriores.

4. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis abaixo descritas foram aplicadas as informações societárias e regulatórias quando pertinentes e individuais se necessário conforme decisão do conselho de administração

emanada da reunião realizada em 29 de janeiro de 2018 e referenciada pela assembleia geral ordinária realizada em 23 de março de 2018.

➤ **Caixa e equivalentes de caixas**

Estão registradas ao valor de mercado, expressas pelo saldo de caixa, depósitos em bancos, certificado de depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo.

➤ **Consumidores**

Compreende o fornecimento de energia faturada e não faturada a consumidores finais, conforme montantes determinados em contrato até 31 de dezembro de 2017, contabilizado com base no regime de competência.

➤ **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Constituída em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas de contas a receber de associados e consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Em relação às contas a receber de consumidores, a mesma é constituída conforme determina o MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (item nº 7.2.8). Engloba os recebíveis faturados, até a data de encerramento do balanço, contabilizados pelo regime de competência.

Os parcelamentos de débitos estão reconhecidos em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

➤ **Ajuste a valor presente**

O ajuste a valor presente previsto na NBC TG 12, aprovada pela resolução 1.151/09 e alterada pela resolução nº 1.329/11 do Conselho Federal de Contabilidade, foi calculado sobre parcelamentos de energia elétrica, sendo que, para se trazer a valor presente foi aplicada a taxa de desconto equivalente aos encargos futuros embutidos, variável conforme a situação.

➤ **Estoque (inclusive do ativo imobilizado)**

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, assim como aqueles destinados a investimentos e que estão classificados no ativo imobilizado, estão registrados ao custo médio de aquisição.

➤ **Ativos e passivos regulatórios**

Reconhecidos após o aditamento do contrato de permissão e aplicados na forma prevista no OCPC 08 de 28 de novembro de 2014, aprovado pela Norma NBC - CTG 08 de 05 de dezembro de 2014.

➤ **Investimentos**

As participações societárias permanentes em controladas e coligadas estão registradas pelo método da equivalência patrimonial. Os outros investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perda quando aplicável.

➤ **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina o MCPSE (Manual de Controle Patrimonial do Setor elétrico) aprovado pela Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015 e 529/12.

➤ **Intangível**

É reconhecido pelo valor justo de aquisição e de construção, deduzida a amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável sem a constituição de provisão para perda.

A amortização do intangível é calculada através das taxas de depreciação tomando se como base os saldos contábeis registrados.

A baixa de um ativo intangível é efetivada através de alienação ou quando não existem benefícios econômicos futuro resultante do uso ou da alienação.

Os resultados da baixa de um ativo intangível são reconhecidos no resultado do exercício quando o ativo é baixado.

Os resultados da baixa são reconhecidos no resultado do exercício.

➤ **Atualização de direitos e obrigações**

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

➤ **Estimativas**

A CERMOFUL revisa as estimativas anualmente quando da preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A administração se baseia em julgamentos para determinação e o registro de estimativas que afetem seus ativos, passivos, receitas e despesas e os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes.

➤ **Imposto de renda e contribuição social**

Calculados e registrados quando devidos, conforme legislação vigente nas datas dos balanços.

Inclusa no regime tributário de apuração do lucro real, não tributou operações com associados, isentos na forma determinada pela Lei nº 5.764/91.

➤ **Empréstimos e financiamentos**

Atualizados com base nas variações monetárias e cambiais e acrescidas dos respectivos encargos, quando classificados como passivos financeiros amortizados pelo custo e registrados ao respectivo valor de mercado, quando classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

➤ **Provisão para litígios**

As provisões para litígios conhecidas nas datas dos balanços são constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos relacionados a assuntos tributários, trabalhistas ou cíveis, cuja probabilidade de perda em processos que envolvam discussão judicial é considerada provável, na opinião da administração e de seus assessores jurídicos.

Estão sendo apresentadas, nesta rubrica, às provisões para contingências liquidadas dos depósitos e/ou bloqueios judiciais a elas relacionadas.

➤ **Reconhecimento das receitas**

Todas as receitas de operação, uso e serviço praticadas pela CERMOFUL, são reconhecidas no momento da emissão da nota fiscal/fatura de energia elétrica por satisfazerem os requisitos exigidos na NBC TG 47, aprovada pela Resolução 2016 NBCTG47 do Conselho Federal de Contabilidade.

➤ **Receita não faturada**

Corresponde a receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e a receita de utilização de rede de distribuição não faturada, calculadas em base estimada, referente ao período após a medição mensal e o último dia do mês.

➤ **Receita de construção e custo de construção**

O ICPC 01 (R2) estabelece que o permissionário de distribuição de energia elétrica deva registrar e mensurar os serviços prestados de acordo com os CPCs 17 (R1) “Contratos de Construção” e CPC 30 (R1) – Receitas, mesmo quando regidos por um único contrato de permissão. A permissionária contabiliza receitas de construção de infraestrutura de distribuição utilizada na prestação de serviços.

Os custos são reconhecidos na demonstração de resultado do exercício como custo de construção.

➤ **Impostos e contribuições**

As receitas de venda de serviços de distribuição estão sujeitas a tributação pelo imposto de circulação de mercadorias e serviços – ICMS as alíquotas vigentes.

Os demais tributos somente são exigíveis quando a permissionária opera com consumidores não associados.

➤ **Apuração do resultado**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

➤ **Sobra líquida**

A sobra ou perda que ocorrer será colocada à disposição dos associados, que deliberarão sobre sua utilização, obedecendo ao disposto na lei nº 5.764/71 e estatuto social.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Legislação societária	
	2017	2016
Caixa	6	1
Bancos	564	623
Total	570	624

6. Consumidores

Todos os consumidores foram faturados e tem saldo de consumo de pelo menos cinco dias referente ao disposto no calendário mensal de leitura.

	Legislação societária	
	2017	2016
Faturados	13.742	13.387
Total	13.742	13.387

6.1. Composição das contas a receber

6.1.1 Circulante

Legislação societária									
Consumidor	Vincendos	Vencido ate 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para devedores duvidosos	Renegociadas	PDD (renegociadas)	Saldo	
					2017		2017	2017	2016
					Residencial		1.150	371	301
Industrial	2.421	448	929	3.798	970	1.695	185	4.338	4.136
Com., serviço e outras ativ.	617	242	149	1.009	90	116	3	1.032	654
Rural	145	22	3	169	2	-	-	167	143
Poder público	40	2	4	46	-	-	-	46	33
Iluminação pública	158	-	14	172	14	2	2	158	116
Serviço público	7	-	-	7	-	14	-	20	6
Serviço taxado	6	3	2	11	2	-	-	9	10
Receita não faturada	634	-	-	634	-	-	-	634	482
Participação do consumidor	117	-	26	143	-	-	-	143	79
Outros	220	-	-	220	-	-	-	220	229
Total	5.516	1.089	1.427	8.032	1.385	1.862	215	8.294	7.129

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, conforme determina o MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - Resolução Normativa ANEEL nº. 605, de 11/03/2014, item 7.2.8 - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, enquadrados nas seguintes condições:

- a) Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
- b) Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e
- c) Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

A receita não faturada corresponde ao intervalo de fornecimento em que é efetivada a leitura de consumo e o mês de competência do faturamento.

6.1.2 Não Circulante

	Legislação societária	
	2017	2016
Parcelamento de energia	1.899	2.113
(-) AVP - NBC TG 12	(853)	(924)
Total	1.046	1.189

7. serviços em curso

Créditos	Legislação societária	
	2017	2016
Serviços próprios	60	363
Serviço prestado a terceiros	1.290	1.196
Total	1.350	1.559

8. Tributos a compensar

8.1. Circulante

Circulante	Legislação societária	
	2017	2016
ICMS sobre compras ativo imobilizado	133	233
Outros	68	56
Total	201	289

8.2. Não circulante

Não circulante	Legislação societária	
	2017	2016
ICMS sobre compras ativo imobilizado	64	182
Total	64	182

9. Estoques

	Legislação societária	
	2017	2016
Almoxarifado de serviço	353	500
Almoxarifado de sucata	21	33
Adiantamento a fornecedores	76	76
Total	450	609

10. Ativos financeiros setoriais

	Legislação societária	
	2017	2016
Neutralidade da Parcela "A" - CDE	271	287
Neutralidade da Parcela "A" - PROINFA	17	43
Neutralidade da Parcela "A" - TFSEE	2	4
Total	290	334

11. Despesas pagas antecipadamente

	Legislação societária	
	2017	2016
Seguros	22	15
Outros	9	1
Total	31	16

12. Outros ativos circulantes

Circulante	Legislação societária	
	2017	2016
Empregados	44	36
Fornecedores	693	561
Títulos de crédito a receber	356	364
Serviços prestados a terceiros	3	3
Alienação de bens e direitos	77	77
Dispêndios a reembolsar	1	1
Convênio de arrecadação	16	16
Reembolsos do fundo da CDE	70	108
Outros	112	112
Desativações em curso	68	91
(-) AVP - NBC TG 12	25	41
Total	1.415	1.328

13. Depósitos judiciais

	Legislação societária	
	2017	2016
Ações trabalhistas	50	14
Total	50	14

14. Ativo reversível

	Legislação societária	
	2017	2016
Terrenos	288	288
Edificações, obras civis e benfeitorias	78	3
Maquinas e equipamentos	4.759	4.411
Software	3	3
Servidões	73	73
Outros	-	81
Total	5.201	4.860

15. Investimentos

	Legislação societária	
	2017	2016
Avaliadas pelo custo de aquisição		
Fecoerusc	4	4
Sicoob/SC - Credija	349	331
Sicredi - Sicredi Sul SC	41	30
Consortio Kolina	-	14
(-) AVP Consortio Kolina	-	(2)
Total	394	377

16. Intangível

	Custo	Amortização Acumulada	Legislação societária	
			2017	2016
			Valor líquido	Valor líquido
Em serviço				
Distribuição	46.839	13.762	33.077	32.705
Bens da Permissão	4.839	13.762	33.077	32.705
Administração	3.052	1.320	1.732	1.874
Bens da Permissão	3.052	1.320	1.732	1.874
	49.891	15.082	34.809	34.579
Em curso				
Distribuição	1.759	-	1.759	3.241
Bens da Permissão	1.759	-	1.759	3.241
Administração	133	-	133	32
Bens da Permissão	133	-	133	32
	1.892	-	1.892	3.273
Total	51.783	15.082	36.701	37.852

De acordo com os artigos 63 e 64 do decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na permissão.

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, Resolução ANEEL nº. 674/2015 são as seguintes:

Distribuição	Taxas anuais de depreciação (%)
Banco de capacitores – tensão < 69 kV	6,67
Chave de distribuição - tensão < 69kV	6,67
Condutor do sistema - tensão < 69kV	3,57
Estrutura do sistema - tensão < 69kV	3,57
Medidor	4,00
Regulador de tensão < 69 kV	4,35
Religador	4,00
Transformador de distribuição	4,00
Edificação	3,33
Equipamento geral	6,25
Veículos	14,29

Administração	Taxas anuais de depreciação (%)
Edificação	3,33
Equipamento geral	6,25
Veículos	14,29

No exercício não foram amotizadas quotas dos valores de Softwares licenciado para a Cermoful em função da manutenção e atualização destes estar garantida em contratos os quais tem seu valor computado nas despesas.

16.1 Obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica

Representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

A CERMOFUL não possui valores resultantes de tais contribuições até a assinatura do contrato de permissão, sendo todos os investimentos em redes de distribuição financiados com recursos dos associados.

A participação financeira do consumidor é calculada na forma estabelecida pela Resolução normativa nº 414/2010 e suas alterações.

16.2 – ITG 10 - Custo atribuído

O Conselho de Administração entende que as normas regulatórias estabelecidas pelo poder concedente ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, representam satisfatoriamente as estimativas e taxas de depreciação.

As taxas de depreciação são determinadas a partir de estudos periódicos, utilizando ainda a contribuição das empresas, a estimativa de vida útil dos ativos do setor elétrico, portanto, de conformidade com a NBC TG 27(R1), aprovada pela Resolução nº 1.177/09 do CFC.

16.3 - ITG 01 - Contratos de concessão/permissão

O Conselho de administração determinou a aplicação das disposições emanadas desta norma ITG 01(R1) resolução 1261/2009 no balanço societário do exercício 2017.

16.4 - Redução ao valor recuperável - *Impairment*

O Conselho de Administração, observando o disposto na Resolução normativa nº 674/2015, que instituiu o MCPSE - Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, resolve não promover *Impairment* dos bens constantes do ativo imobilizado conforme NBC TG 01(R1), aprovada pela Resolução nº 1.292/10 do Conselho Federal de Contabilidade.

A recuperabilidade dos ativos está garantida no contrato de permissão, quando do rompimento ou encerramento deste.

17. Fornecedores

	Legislação societária	
	2017	2016
Suprimento	1.366	3.883
Materiais e serviços	216	2.234
Total	1.582	6.117

18. Empréstimos e financiamentos

18.1. Circulante

Circulante	Legislação societária	
	2017	2016
Financiamentos		
Capital de giro	578	1.634
Total	578	1.634

18.2. Não circulante

Não Circulante	Legislação societária	
	2017	2016
Financiamentos		
Capital de giro	1.177	359
Financiamento de bens	7.712	8.935
Total	8.889	9.294

Instituição Bancária	Modalidade	Nº Contrato	Vencimento	Taxa Mensal	Circulante	Não Circulante
Sicoob/SC Credija	- Capital de Giro	800.796	25/11/2020	1,54	391	985
Sicoob/SC Credija	- Capital de Giro	718.792	04/11/2019	1,97	167	192
Total Sicoob/SC - Credija					559	1.177
Sicredi	Cheque Especial				19	-
Total SICREDI					19	-
BRDE - BNDES	BNDES Automático	229703013	15/12/2023	4,9 A.A + TJLP	-	6.221
BRDE - BNDES	BNDES Automático	229705105	15/12/2023	3,5 A.A	-	900
BRDE - BNDES	BNDES Automático	229705709	15/12/2023	3,5 A.A	-	68
BRDE - BNDES	BNDES Automático	230430012	15/01/2024	3,5 A.A	-	120
BRDE - BNDES	BNDES Automático	229704010	15/12/2018	3,5 A.A	-	20
BRDE - BNDES	BNDES Automático	229705504	15/12/2023	3,5 A.A	-	97
BRDE - BNDES	BNDES Automático	229705202	15/12/2023	3,5 A.A	-	48
BRDE - BNDES	BNDES Automático	229705300	15/12/2023	3,5 A.A	-	27
BRDE - BNDES	BNDES Automático	229705407	15/12/2023	3,5 A.A	-	69
BRDE - BNDES	BNDES Automático	231098011	15/05/2024	4,5 A.A	-	143
Total BRDE - BNDES					-	7.712
Total geral					578	8.889

19. Folha de pagamento

	Legislação societária	
	2017	2016
Folha de pagamento	639	670
Tributos e contribuições sociais retidos na fonte	147	154
Consignação em favor de concessionária e/ou terceiros	16	19
Total	802	843

20. Tributos

20.1 Circulante

Circulante	Legislação societária	
	2017	2016
ICMS	1.026	1.590
PIS sobre faturamento	2	1
COFINS sobre faturamento	10	6
Imposto de renda	-	1
Contribuições sociais	300	310
ISS	-	2
PIS/COFINS/CSLL retidos na fonte	2	2
Parcelamentos	2.635	1.391
Total	3.975	3.303

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade é uma sociedade cooperativa, e consequentemente amparada pela Lei 5.764/71, não tributa com PIS e COFINS suas operações com associados.

As atividades com terceiros (não associados), como a venda de bens e serviços são tributados com 0,65% (zero sessenta e cinco pontos percentuais) de PIS e 3,00% (três pontos percentuais) de COFINS, conforme determina a legislação vigente.

20.2 Não circulante

Não circulante	Legislação societária	
	2017	2016
ICMS parcelado	5.204	3.099
(-) AVP juros	(90)	(97)
Total	5.114	3.002

❖ Tributos sobre a receita:

- ICMS definido em legislação estadual.
- IRPJ apurado na forma da Lei 11.941/2009 que determina o enquadramento da permissionária a adoção do regime de apuração na modalidade "Lucro Real".
- A Lei nº 5.764/71 define como isenta as operações com associados, portanto o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido foi calculado sobre as operações com não associados.

- ❖ Contribuições sociais sobre a receita:
 - PIS/COFINS calculados conforme as Leis nº 9.715/98 e nº 9.718/98, alterada parcialmente pela Medida Provisória nº 2158-35/2001.
- ❖ Contribuições sociais trabalhistas:
 - INSS, FGTS e PIS sobre folha de pagamento calculada na forma da consolidação das leis do trabalho (CLT).

21. Provisões para litígios

Legislação societária						
Circulante	2017			2016		
	Valor da provisão			Valor da provisão		
	Exercício	Acumulada	Depósitos judiciais	Exercício	Acumulada	Depósitos judiciais
Causas cíveis						
Cíveis						
De consumidores	35	24	14	-	24	-
Total	35	24	14	-	24	-

A CERMOFUL possui 03 processos de ação indenizatória, sendo 02 referentes à reclassificação de classe de consumo de energia elétrica e 01 por danos morais, segundo a assessoria jurídica todos estão com prognóstico de perda provável ou real com valor estipulado de R\$ 59 mil sendo que as mesmas foram reconhecidas na contabilidade, conforme determina a NBCTG 25 (R1), aprovada pela Resolução 1.180/09 do CFC. Possui ainda 01 processo contra o município de Morro da Fumaça referente a ISS – Imposto Sobre Serviço, porem conforme assessoria jurídica está com prognostico de perda remota, não sendo necessária o provisionamento na contabilidade.

Legislação societária						
Circulante	2017			2016		
	Valor da provisão			Valor da provisão		
	Exercício	Acumulada	Depósitos judiciais	Exercício	Acumulada	Depósitos judiciais
Causas trabalhistas						
Trabalhista						
De trabalho	400	-	27	-	-	-
Total	400	-	27	-	-	-

Legislação societária						
Não circulante	2017			2016		
	Valor da provisão			Valor da provisão		
	Exercício	Acumulada	Depósitos judiciais	Exercício	Acumulada	Depósitos judiciais
Causas cíveis						
Fiscais						
Provisão de PIS e COFINS sobre receita Ato Cooperativo	-	1.884	-	-	1.884	-
Provisão IR/CSLL s/ Ajuste Avaliação Patrimonial	-	379	-	-	379	-
Total	-	2.263	-	-	2.263	-

- **Secretaria da Receita Federal do Brasil**

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade foi notificada, no exercício de 2006, através dos seguintes processos: 11516.003.297/2006-75 - IRPJ e CSLL; 11516.003.295/2006-86 - COFINS e 11516.003.296/2006-21 - PIS.

A notificação referia-se ao período compreendido entre 02/2001 a 12/2005, tendo valor total de R\$1.796.691,82, resultando na constituição de provisão de contingência, mantida no passivo não circulante pelo valor original de R\$ 1.883.608,30, corrigida até o término do exercício em que ocorreu o ato fiscal.

Com relação aos processos de PIS e COFINS, a assessoria jurídica manifesta prognóstico com perspectiva de nulidade do ato fiscal, porém, por uma questão de prudência se mantém o valor provisionado até o julgamento final do mérito.

Relativamente ao período posterior a 12/2005, não foram efetuados cálculos e provisão de valores, havendo entendimento do Conselho de Administração de que as operações realizadas pela CERMOFUL possuem características de ato cooperativo sobre as quais, não devem incidir tributos e contribuições.

A receita federal já reconheceu a ilegalidade de parte da notificação mantendo a CERMOFUL a discussão judicial de nulidade de todos os efeitos sendo que não ocorreu baixa visto que os valores se corrigidos manteriam-se inalterados.

22. Encargos setoriais

	Legislação societária	
	2017	2016
Conta de desenvolvimento energético – CDE	262	295
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	236	283
Programa de eficiência energética – PEE	421	508
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica – TFSEE	8	8
Total	927	1.096

23. Passivos regulatórios

	Legislação societária	
	2017	2016
Neutralidade da parcela "A"	17	43
Adicional de bandeiras	747	2.181
Total	764	2.224

24.1 Outros passivos circulantes

Circulante	Legislação societária	
	2017	2016
Consumidores	90	21
Empregados	1	2
Suprimento	3.817	2.132
Outros credores	506	2.013
Total	4.414	4.168

24.2 – Outros passivos não circulantes

Não Circulante	Legislação societária	
	2017	2016
Capital social a restituir	5.752	3.447
Total	5.752	3.447

25. Obrigações vinculadas à permissão do serviço público

	Legislação societária	
	2017	2016
Participação e Doação - Imobilização em Serviço	805	816
Participação e Doação - Imobilização em Serviço	789	637
Valores Pendentes de Recebimento	1.718	1.029
Valores não Aplicados	117	99
Ultrapassagem e Reativos	1.629	1.412
Total	5.058	3.993

26. Patrimônio líquido

	Legislação societária	
	2017	2016
Capital e reservas	15.480	14.953
Total	15.480	14.953

26.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2017 representa R\$ 10.614 mil, é constituído por cotas-partes conforme determina o estatuto social da CERMOFUL.

	Legislação societária	
	2017	2016
Capital subscrito	10.614	10.700
Capital a integralizar	-	(5)
Total	10.614	10.695

26.2 Ajuste de avaliação patrimonial

	Legislação societária	
	2017	2016
Ajuste avaliação patrimonial ITG 10	1.115	1.115
Provisão IR/CSLL s/ Ajuste avaliação patrimonial	(379)	(379)
Total	736	736

26.3 Reservas de sobras

	Legislação societária	
	2017	2016
Fundo de reserva	61	527
FATES - Fundo de assist. técnica educacional e social	63	2
Fundo exp. e manutenção do sistema de distribuição	3.824	6.863
Total	3.948	7.392

Os fundos são constituídos conforme disposições estatutárias, "Título V - Gestão contábil e financeira - Capítulo I - Balanço, Fundos, Sobras e Perdas - art. 47º A CERMOFUL se obriga a constituir: I - Fundo de reserva, destinado a reparar perdas ou atender o desenvolvimento de suas atividades, constituído de 10% (dez por cento) das sobras líquidas verificadas no exercício; II - O Fundo de assistência técnica, educacional e social, destinado a prestação de assistência aos associados, seus familiares e seus empregados, constituído de 10% (dez por cento), das sobras líquidas do exercício; III - O Fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição, priorizando a universalização dos serviços em sua área de atuação, constituído de 50% (cinquenta por cento) das sobras líquidas verificadas no exercício".

26.4 Sobras a distribuir

	Legislação societária	
	2017	2016
Sobras à disposição da AGO	182	(3.870)
Total	182	(3.870)

A Lei 5.764/71, em seu artigo 44, item II, define que as sobras apuradas no exercício após constituídas as provisões dos fundos estatutários, terão destinação definidas em "Assembleia Geral".

Caso a AGO defina a distribuição entre os associados, das sobras apuradas no exercício, o estatuto social define assim sua distribuição: "art. 45 - § 1º - As sobras líquidas, apuradas na forma deste artigo, serão distribuídas aos associados na proporção das operações que houverem realizado com a Cooperativa, após a aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, salvo decisão diversa desta".

As perdas apuradas no ano de 2016 a CERMOFUL após deduzido o saldo existente no Fundo de Reserva legal foram apreciadas pela assembleia geral que deliberou pela compensação destas no Fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição, sustentadas na definição de que o saldo deste fundo é resultante de sobras apuradas em outros exercícios.

26.5 Aplicação do ICPC 14 - Cota de cooperados em Entidades Cooperativas

O conselho Federal de Contabilidade aprovou a NTG 2004 de 24 de novembro de 2017 que define as quotas partes de capital como classificáveis no patrimônio líquido.

27. Receita operacional

	Legislação societária	
	2017	2016
Fornecimento de energia elétrica	48.676	45.788
Ativos e passivos regulatórios	2.031	1.277
Serviços cobráveis	49	64
Doações, contr. e subvenções ao serviço concedido	484	494
Outras receitas operacionais	3.115	3.262
Total	54.355	50.885

27.1. Fornecimento de energia elétrica

Consumidores	Legislação societária	
	2017	2016
Residencial	12.109	11.687
Industrial	27.189	25.510
Comercial	6.176	5.819
Rural	1.171	1.019
Poder público	437	419
Iluminação pública	1.577	1.478
Serviço público	80	71
Renda não faturada	153	(66)
Ultrapassagem de demanda	(147)	(90)
Reativos excedentes	(69)	(59)
Total	48.676	45.788

27.2. Ativos e passivos regulatórios

	Legislação societária	
	2017	2016
Ativos e passivos regulatórios	2.031	1.277
Total	2.031	1.277

27.3. Serviços cobráveis

	Legislação societária	
	2017	2016
Emissão 2ª via	1	1
Religação normal	7	8
Religação de urgencia	39	52
Taxa de correio	1	1
Aferição de medidor	1	2
Total	49	64

27.4. Doações, contribuições e subvenções ao serviço concedido

	Legislação societária	
	2017	2016
Recursos CDE descontos tarifários	371	409
Recursos CDE subsidio baixa renda	114	85
Total	484	494

27.5. Outras receitas operacionais

	Legislação societária	
	2017	2016
Receita de construção	2.326	2.794
Receita aluguel de postes	488	378
Administração Cosip	89	90
Outros	212	-
Total	3.115	3.262

28. Deduções da receita operacional

	Legislação societária	
	2017	2016
ICMS	11.141	10.508
PIS/PASEP	19	15
COFINS	86	69
Encargos setoriais	5.950	7.483
Total	17.196	18.075

29. Energia elétrica comprada para revenda

Suprimento	Quantidade MWh		Legislação societária	
	2017	2016	2017	2016
Celesc Distribuição S/A	116.722	112.900	14.901	14.994
Total	116.722	112.900	14.901	14.994

30. Despesas operacionais

	Legislação societária	
	2017	2016
Custos operacionais	18.565	19.286
Total	18.565	19.286

30.1. Despesas de pessoal e administradores

	Legislação societária	
	2017	2016
Remunerações	4.254	4.214
Administradores	451	463
Encargos sociais	1.795	1.687
Auxílio alimentação	339	337
Convênio assistencial e outros benefícios	185	196
Outros	307	207
Total	7.331	7.104

30.2. Outras despesas operacionais

	Legislação societária	
	2017	2016
Material	461	394
Serviços de terceiros	1.949	2.581
Depreciação e amortização	1.986	1.848
Seguros	34	31
Tributos	84	103
Arrendamento e alugueis	443	62
Total	4.957	5.019

30.3. Gastos diversos

	Legislação societária	
	2017	2016
Indenização por perdas e danos	-	21
Custo de construção	2.326	2.795
Falta apurada em estoque	179	154
Sub e sobre contratação de energia	2.251	1.616
Outros	143	280
Total	4.899	4.866

30.4. Outras despesas

	Legislação societária	
	2017	2016
Perda na desativação de bens	129	398
Perdas	64	1.133
Outros	267	554
(-) Provisão	919	212
Total	1.378	2.297

31. Resultado financeiro

	Legislação societária	
	2017	2016
Receita financeira	587	818
Despesa financeira	(3.672)	(3.339)
Total	(3.085)	(2.522)

31.1 Receitas financeiras

	Legislação societária	
	2017	2016
Multas	269	302
Rendimentos de aplicações financeiras	36	66
Incentivo tributário estadual	24	-
Outras receitas financeiras	258	449
Total	587	818

31.2 Despesas financeiras

	Legislação societária	
	2017	2016
IPCA neutralidade	-	28
Multas e acréscimos moratórios	614	898
Juros sobre financiamentos	853	1.008
Outras despesas financeiras	2.205	1.407
Total	3.672	3.340

32. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social

No cálculo das provisões, para imposto de renda e contribuição social, foi aplicado obedecendo-se ao disposto na legislação fiscal e a Lei 5.764/71, que define as operações com associados e não associados.

	Legislação societária	
	2017	2016
Operações com associados	51.425	48.449
Operações com não associados	2.930	2.436
Total	54.355	50.885

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para imposto de renda e a contribuição social estão demonstradas a seguir:

32.1. Sobras antes IR e CSLL

	Legislação societária	
	2016	2016
Sobras antes do IR e CSLL	608	(3.992)
Imposto de renda calculado (15%)	-	-
Contribuição social calculada (9%)	-	-
Imposto e contribuição social	-	-

Não foram apurados os tributos acima elencados visto que as operações com não associados no exercício apresentaram resultado negativo de R\$ 8, em decorrência dos rateio das despesas.

33. Participação nos resultados

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade não possui nenhum programa de participação nos resultados e/ou sobras direcionadas aos empregados.

34. Plano previdenciário e outros benefícios aos empregados

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade concedeu aos seus empregados, os seguintes benefícios em 2017:

	Legislação societária	
	2017	2016
Plano de saúde	184	196
Seguro de vida	54	55
Vale alimentação	339	337
Cursos, treinamentos e outros	26	23
Total	604	611

35. Transações com partes relacionadas

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade não efetuou transações com partes relacionadas no exercício de 2017, por não possuir controle acionário com empresas controladas.

As cotas partes por abertura de conta corrente e operações de crédito com a Cooperativa de Crédito de Jacinto Machado - Sicoob/SC e Sicredi Sul SC, foram subscritas e integralizadas na forma estabelecida pelo estatuto social e na forma da legislação cooperativista.

36. Instrumentos financeiros

a) Considerações gerais

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade avalia que os riscos são mínimos, pois não existe concentração de parte contrária, e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez dentro de limites aprovados pelo conselho de administração.

b) Concentração de risco de crédito

Parte substancial das vendas de serviços é bastante pulverizada a um grande número de consumidores. No caso desses consumidores, o risco de crédito é mínimo devido à grande carteira e aos procedimentos de controle, os quais monitoram esse risco.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na realização destes.

c) Moeda estrangeira

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade não utilizou operações com moeda estrangeira no exercício de 2017.

d) Riscos de liquidez

O risco de liquidez é medido pela capacidade da cooperativa cumprir com suas obrigações de curto prazo, médio prazo e longo prazo, tendo presente a sua estrutura de reservas financeiras, de ativos e linhas de crédito disponíveis para captação de novos recursos e principalmente fluxo de caixa.

Na data base das demonstrações contábeis o índice liquidez corrente e liquidez geral eram de 0,93 e 0,48 respectivamente.

As crise econômica iniciada no ano de 2015 provocou acentuado comprometimento destes índices motivados por penalidades de sobrecontratação de energia elétrica que impactaram resultado e aumentaram os compromissos do passivo.

37. Demonstrações do resultado do exercício segregado por atividade


Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, apresentamos a Demonstração do Resultado do Exercício por Atividade, em 31 de dezembro de 2017, das Unidades de Negócio: Geração (GER), Transmissão (TRA), Distribuição (DIST), e o Total.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE

Exercício findo em 31 de dezembro de 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado	GER	TRA	COM	TOTAL
Receita operacional	-	-	54.355	54.355
Fornecimento de energia elétrica	-	-	48.676	48.676
Ativos e passivos regulatórios	-	-	2.031	2.031
Serviços Cobráveis	-	-	49	49
Doações, Contrib. e Subvenções Vinc. ao serviço concedido	-	-	484	484
Outras receitas operacionais	-	-	3.115	3.115
(-) Deduções da receita operacional	-	-	17.196	17.196
ICMS	-	-	11.141	11.141
PIS	-	-	19	19
COFINS	-	-	86	86
Encargos do consumidor	-	-	5.950	5.950
(=) Receita operacional líquida	-	-	37.159	37.159
(-) Custo não Gerenciáveis - Parcela "A"	-	-	14.901	14.901
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	9.574	9.574
Encargo de uso do sistema de distribuição	-	-	5.327	5.327
(=) Resultado antes dos custos gerenciáveis	-	-	22.258	22.258
(-) Custo Gerenciáveis - Parcela "B"	-	-	18.565	18.565
Pessoal e administradores	-	-	7.331	7.331
Material	-	-	461	461
Serviços de terceiros	-	-	1.949	1.949
Depreciação e amortização	-	-	1.986	1.986
Seguros	-	-	34	34
Tributos	-	-	84	84
Arrendamentos e alugueis	-	-	443	443
Gastos diversos	-	-	4.899	4.899
Outras Despesas operacionais	-	-	1.378	1.378
(=) Resultado da Atividade	-	-	3.693	3.693

 RICARDO TADEU CANTO BITTENCOURT PRESIDENTE CPF 582.843.979-00	 WAGNER MENDES CORREA CONTADOR CRC/SC 031791/O-6
--	--

37.1. Principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações por Unidades de Negócio:

Na Unidade de Negócio foram consideradas as receitas operacionais faturadas aos consumidores externos, por transferências de preços contratadas entre as partes, conforme segue abaixo:

Receita de unidade	G	T	D	ANV	Total
Geração - G	-	-	-	-	-
Transmissão - T	-	-	-	-	-
Distribuição - D	-	-	54.355	-	54.355
Comercialização - C	-	-	-	-	-
Atividades não vinculadas - AV	-	-	-	-	-
Total	-	-	54.355	-	54.355

37.2 Conciliação das demonstrações de resultado:

	2017	2016
Receita operacional	54.355	50.885
Deduções da receita operacional	17.196	18.075
Receita operacional líquida	37.159	32.810
Despesas operacionais	33.466	34.280
Resultado do serviço	3.693	(1.470)
Sobra antes da tributação e participações	608	(3.992)
Sobra líquida do exercício	608	(3.992)

As receitas e despesas operacionais estão contabilizadas em cada Unidade de Negócio, acrescidas dos valores apurados com base nas receitas transferidas entre as mesmas.

As deduções, tais como impostos e contribuições, foram calculadas sobre o montante das receitas escrituradas e virtuais, aplicando-se as alíquotas ou taxas efetivamente incorridas na permissionária.

As receitas financeiras, oriundas de multas e juros sobre atraso no pagamento de energia elétrica, foram classificadas em cada Unidade de Negócio.

O imposto de renda e a contribuição social, foram calculados com base na taxa efetiva dos tributos incidentes nas demonstrações consolidadas e não incidiram sobre os preços de transferências, uma vez que estes não causam efeito no consolidado.

38. Programa de recuperação fiscal - REFIS

A CERMOFUL - Cooperativa Fumacense de Eletricidade não utiliza o REFIS - Programa de Recuperação Fiscal, destinado à regularização de créditos da União decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS.

39. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segurada
Incêndio – imóveis	15/03/2018	1.400
Perda ou pagamento de aluguel a terceiros	15/03/2018	5
Danos elétricos	15/03/2018	20
Quebra de vidros	15/03/2018	15
Responsabilidade civil operações comerciais	15/03/2018	20
Vendaval/Fumaça – imóveis	15/03/2018	200
Veículos – frota	08/07/2018	835
Veículos – terceiros	08/07/2018	5.980
Veículos - danos morais	08/07/2018	390

Incêndio - imóveis: Cobertura contra incêndios nas edificações e/ou imóveis próprios ou alugados da CERMOFUL.

Perda ou pagamento de aluguel a terceiros: Visa cobrir eventuais danos ocorridos na estrutura de edificações e/ou imóveis, próprios ou alugados, pela CERMOFUL ocorrendo paralisação das atividades.

Vendaval/fumaça: Cobertura contra vendavais, fumaça e outros na estrutura de edificações e/ou imóveis, próprios ou alugados, da CERMOFUL.

Veículos - Frota: Cobertura total dos veículos operacionais com maior risco de acidente da CERMOFUL.



Veículos - Terceiros: Cobertura dos veículos operacionais da CERMOFUL contra terceiros.

Veículos - Danos morais: Cobertura dos veículos da CERMOFUL para possíveis acidentes com terceiros, que possam ocasionar danos morais.

40. Eventos subsequentes

O evento subsequente que pode causar impacto na posição patrimonial, na financeira, no resultado e nas atividades futuras da CERMOFUL são:

- Manutenção da queda do subsídio na compra de energia elétrica;
- Migração de significativo número de consumidores ao mercado livre;
- Agravamento da crise econômica reduzindo volume de venda.
- Incorporação da Cermoful Desenvolvimento e Infraestrutura.

	
RICARDO TADEU CANTO BITTENCOURT PRESIDENTE CPF 582.843.979-00	WAGNER MENDES CORREA CONTADOR CRC/SC 031791/O-6

PARTICIPAÇÕES

Direção Geral

Ricardo Tadeu Canto Bittencourt

Presidente do Conselho de Administração

Produção

Wagner Mendes Correa

Departamento de Contabilidade

Supervisão

Hesmezenrik Giordani Nunes - HVA Service Solution Ltda (serviços de escritório e contabilidade)

Colaboração

Irian Rzatki

Audiconsult Auditores S/S

Auditoria Independente

Audiconsult Auditores S/S

São Jose / SC

Roteiro editorial e conteúdo

- Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971;
- Resolução do CFC nº 1.255/2009 alterada pela resolução CFC nº 1.329/2012;
- MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - Resolução ANEEL nº 605, de 11/03/2014;
- Resolução normativa ANEEL nº 396, de 23/02/2010;
- Estatuto social.

Agradecimentos

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

Departamento de Comunicação

Departamento Técnico

Departamento Comercial

Departamento de RH

RELATÓRIO ANUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Relatório da Administração Regulatório

Senhoras e senhores associados,

Apresentamos a seguir, relatório das principais atividades no exercício de 2017, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Cooperativa Fumacense de Eletricidade - CERMOFUL para a sociedade, parceiros e associados.

CARTA DO PRESIDENTE

Cenário

A Cooperativa Fumacense de Eletricidade - CERMOFUL atua no segmento de distribuição de energia elétrica, aproveitando seu acervo de conhecimentos técnicos e gerenciais acumulados ao longo de 54 anos de existência.

O contrato de permissão para distribuição de energia elétrica nº040/2010-ANEEL, publicado em 20 de julho de 2010, garante à continuidade da regulamentação da estabilidade de mercado em nossa área de atuação e a modicidade tarifária aos associados e consumidores.

O prazo de vigência do contrato de permissão é de 30 (trinta) anos, podendo ser prorrogado por igual período, a juízo do poder concedente, contado a partir da data de sua celebração.

Em 2017, a tímida recuperação da economia na área da permissão apresentou pequena recuperação na demanda por energia elétrica, com destaque para o setor industrial com um aumento de 2,42% com relação à 2016. O consumo do setor industrial e o mais representativo, atingindo o patamar de 61,06 GWh (59,62 GWh em 2016).

O consumo do setor industrial continua ainda o maior representando 55,63% de toda a energia comercializada pela permissionária em 2016.

As tarifas praticadas pela CERMOFUL foram corrigidas pela resolução homologatória nº 2.339 publicada em 31 de outubro de 2017 com vigência até o dia 30 de setembro de 2018.

No âmbito social, reduzimos as atividades que buscam a melhoria de condições sociais para a sociedade, reduzindo os eventos de grande relevância que beneficiavam não somente os associados, mas a comunidade em geral. A manutenção preventiva é tratada como prioridade da gestão, de forma a melhorar expressivamente os índices de qualidade e continuidade.

DISTRIBUIÇÃO

A Cermoful - Cooperativa Fumacense de Eletricidade distribui energia elétrica no município de Morro da Fumaça com poligonais envolventes no município de Criciúma, Cocal do Sul, Içara, Urussanga e Pedras Grandes, atendendo 13.742 consumidores em sua área de permissão sendo 13.237 associados e 505 público indistinto. Não atendendo consumidores livres. As áreas atendidas indicam para o município de Morro da Fumaça 78,727 km², Criciúma 27,162 km², Cocal do Sul 5,375 km², Içara 10,951 km², Urussanga 3,347 km² e Pedras Grandes 13,942 km².

Ligação de consumidores

Foram realizadas, no ano de 2017, 384 novas ligações, 501 religações de unidades consumidoras que

estavam desativadas da rede e 530 desligamentos definitivos. Com destaque para as 384 ligações novas que foram: 163 residenciais, 30 comerciais, 02 rurais, 185 industriais e 04 poderes públicos; totalizando 13.742 consumidores atendidos pela permissionária, número 2,65% superior ao ano de 2016.

Número de consumidores

Classe	2013	2014	2015	2016	2017
Residencial	9.420	9.799	10.476	10.683	10.891
Industrial	552	659	739	798	899
Comercial	957	978	1.052	1.066	1.094
Rural	710	719	717	728	743
Poderes públicos	88	90	91	91	94
Iluminação pública	6	6	6	6	6
Serviço público	12	14	13	15	15
Total	11.745	12.265	13.094	13.387	13.742
Variação	3,88%	4,43%	6,76%	2,24%	2,65%

Fonte: Departamento Comercial – CERMOFUL 2017.

Comportamento do mercado

A distribuição de energia da CERMOFUL no período de janeiro a dezembro de 2017 foi de 109,75 GWh (107,16 GWh em 2016).

Registrou-se no exercício um aumento no consumo da permissionária sendo o segmento do mercado que mais contribuiu para esse resultado foi o industrial. As demais classes também apresentaram um tímido crescimento em relação ao ano de 2016.

A classe industrial apresentou aumento de 2,42% no consumo de energia elétrica, o que mostra que esse setor está em recuperação minimizando os problemas dos últimos anos.

A classe residencial apresentou evolução com um crescimento de 1,65%.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Mercado atendido - GWh	2013	2014	2015	2016	2017
Energia Faturada	104,25	116,22	112,95	107,16	109,75
Fornecimento	104,25	116,22	112,95	107,16	109,75
Residencial	22,45	23,90	24,77	26,03	26,46
Comercial	62,77	71,39	66,90	59,62	61,06
Industrial	11,17	12,32	12,08	12,11	12,65
Rural	2,94	3,37	3,20	3,33	3,48
Poderes Públicos	0,71	0,81	0,81	0,83	0,84
Iluminação Pública	4,08	4,29	5,03	5,08	5,09
Serviço Público	0,13	0,14	0,16	0,16	0,17
Total	104,25	116,22	112,95	107,16	109,75
Variação	7,75%	11,48%	(2,81%)	(5,13%)	(2,42%)

Fonte: Departamento Comercial – CERMOFUL 2017.

As perdas totais de energia sobre a energia requerida apresentaram um aumento de 17,61% em 2017 para 2016. Este aumento é resultado de ajustes em calendários de leituras efetuadas pela permissionária.

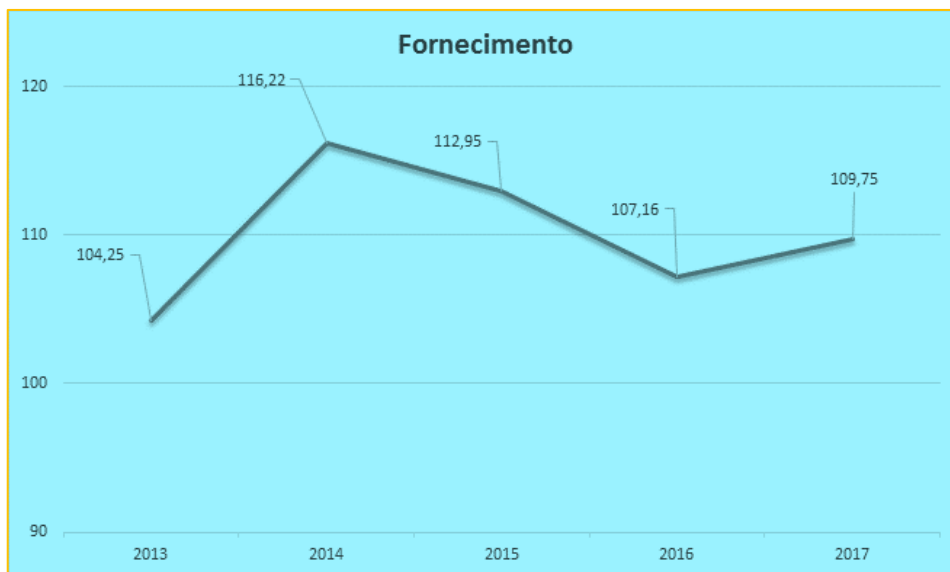
Balanco energético

Energia Requerida	2013	2014	2015	2016	2017
Venda de Energia					
Fornecimento	104,25	116,22	112,95	107,16	109,75
Consumidores livres	-	-	-	-	-
Energia contratual	-	-	-	-	-
Energia de curto prazo	-	-	-	-	-
Mercado Atendido	104,25	116,22	112,95	107,16	109,75
Perdas Técnicas	5,36	5,57	4,12	4,51	5,48
Perdas Não Técnicas PNT	1,10	1,10	1,12	1,23	1,50
Perdas Totais	6,46	6,67	5,24	5,74	6,98
PT /Energia Requerida	5,84	5,43	4,43	5,08	5,98
Total	110,71	122,89	118,19	112,90	116,73

Fonte: Departamento Comercial / Técnico – CERMOFUL 2017.



Fonte: Departamento Comercial / Técnico – CERMOFUL 2017.



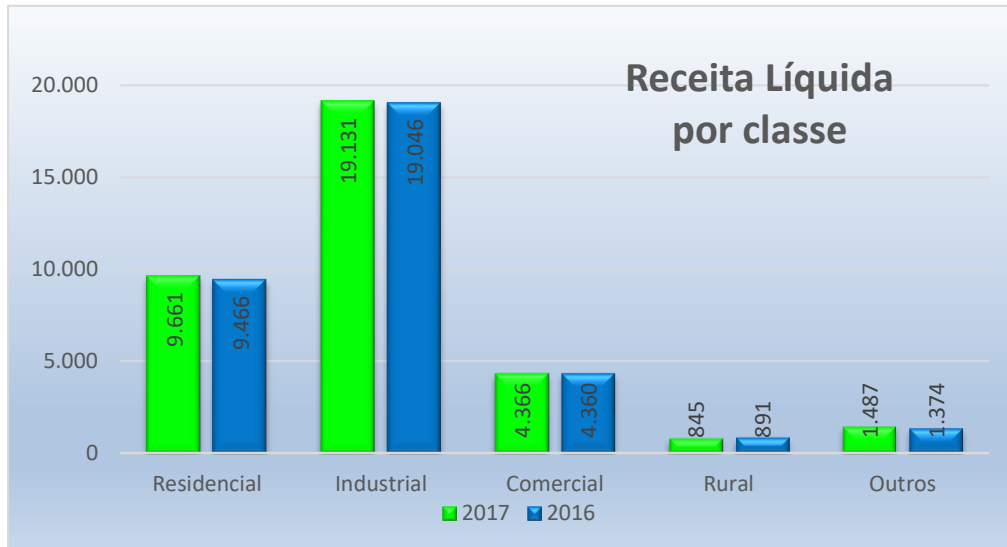
Fonte: Departamento Comercial – CERMOFUL 2017.

Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 35.137 mil, conforme quadro a seguir:

Classe	Receita líquida em R\$ mil		
	2016	2017	%
Residencial	9.661	9.466	(2,02)
Industrial	19.131	19.046	(0,44)
Comercial	4.366	4.360	(0,14)
Rural	845	891	5,44
Outros	1.487	1.374	(7,60)
Total	35.490	35.137	(0,99)

Fonte: Departamento Comercial – CERMOFUL 2017.



Fonte: Departamento Comercial – CERMOFUL 2017.

Número de consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2017 apresentou um crescimento de 2,65% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Classe	2016	2017	%
Residencial	10.683	10.891	1,95
Industrial	798	899	12,66
Comercial	1.066	1.094	2,63
Rural	728	743	2,06
Outros	112	115	2,68
Total	13.387	13.742	2,65

Fonte: Departamento Comercial – CERMOFUL 2017.

Tarifa

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2017, atingiu R\$ 331,21/MWh, com redução de 3,33% com relação a dezembro de 2016.

Classe	Tarifa média de fornecimento
	2017
Residencial	371,22
Industrial	320,89
Comercial	360,46
Rural	253,83
Outros	315,39
Média	331,21

Fonte: Departamento Comercial – CERMOFUL 2017.

As tarifas médias informadas correspondem a divisão da receita de fornecimento pela energia distribuída em mWh no exercício.

Tarifa por faixa de consumo

Composição da tarifa	Residencial	Industrial	Comercial	Rural	Outros
Impostos					
ICMS	79,03	111,32	121,68	58,15	83,84
Taxas					
Fiscalização	0,85	0,85	0,85	0,85	0,85
CDE	31,61	31,61	31,61	31,61	31,61
Custo da energia comprada para revenda	87,18	87,18	87,18	87,18	87,18
Encargos de uso da rede elétrica	48,50	48,50	48,50	48,50	48,50
Despesas de pessoal	66,75	66,75	66,75	66,75	66,75
Outras despesas operacionais	188,65	209,96	199,61	10,60	112,30
Tarifa bruta da permissionária (*)	502,57	556,17	556,17	303,64	431,03
Resultado médio	431,13	415,93	459,52	308,74	386,20

Qualidade do fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

DEC e FEC CERMOFUL 2017

Conjunto Cermoful			
Ano	Dec (horas)	Fec (interrupções)	Tempo de espera (horas)
2013	11,75	6,6	0,37
2014	4,96	6,79	0,41
2015	2,47	3,37	0,44
2016	2,78	3,02	0,42
2017	2,18	3,18	0,51

Fonte: Departamento Comercial – CERMOFUL 2017.

Atendimento ao consumidor

O programa de recuperação e ampliação do sistema de distribuição, que tem o objetivo de transformar todo o sistema de distribuição em circuitos trifásicos.

Com este empreendimento e investimentos de R\$ 3.120 mil, a Cooperativa atingirá 100% de redes trifásicas em sua área de permissão.

Tecnologia da informação

O desenvolvimento dos negócios de uma cooperativa distribuidora de energia elétrica depende de soluções adequadas de tecnologia da informação, a qual suporta tudo o que a cooperativa faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

A administração tem mantido investimentos na contratação de soluções atuais de forma a manter a estrutura operacional moderna e eficiente.

O desenvolvimento da área de negócios de uma permissionária de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a permissionária faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Novos negócios

No ambiente empresarial e de mercado em que a cooperativa opera, é fundamental assegurar melhor qualidade, assim como o atendimento de novas necessidades dos consumidores.

Para tanto, a cooperativa vem adotando a estratégia de, mediante parcerias, aumentar sua capacidade de investimento e, ao mesmo tempo, oferecer aos seus associados/consumidores, mais alternativas de serviços, notadamente nas áreas em que é possível obter sinergias operacionais com os ativos ou com o acervo de conhecimentos da permissionária.

Participações da CERMOFUL:

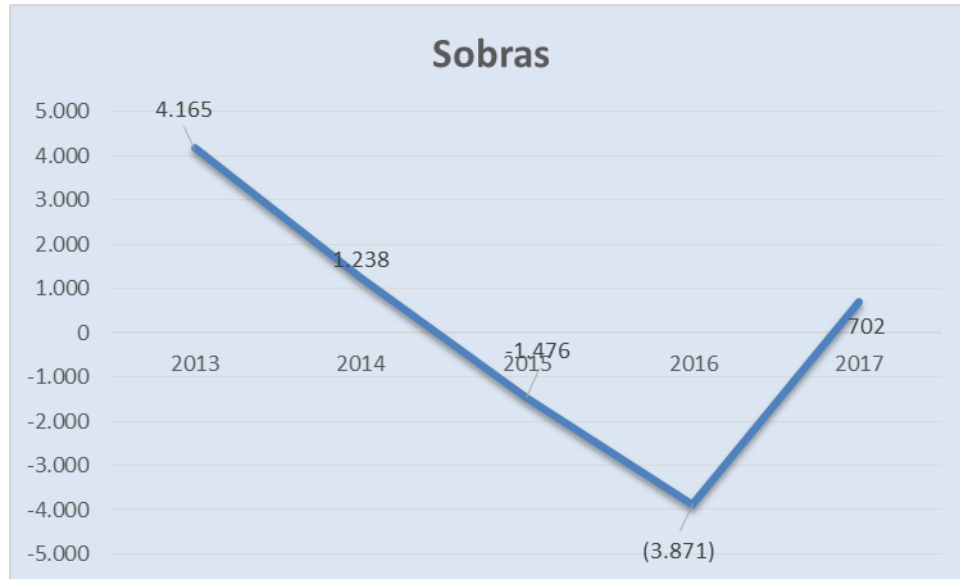
Empresas	Investimento (em R\$ Mil)	Participação da permissionária (em %)	Negócio
Sicoob	349	*	Cooperativa
Fecoerusc	4	*	Associação
Sicredi	41	*	Cooperativa
TOTAL	394	*	*

Fonte: Departamento contabilidade – CERMOFUL 2017.

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

Sobras

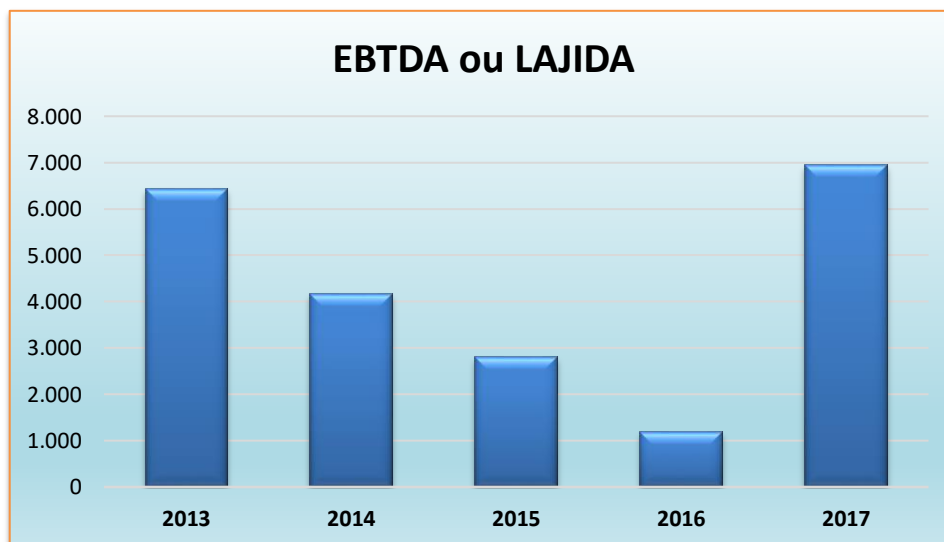
Em 2017, a sobra líquida foi de R\$ 702 mil, contra perdas de R\$ 3.871 mil em 2016. A receita operacional líquida atingiu R\$ 34.044 mil, enquanto em 2016 situou-se em R\$ 29.548 mil. Este aumento de 15,22% resulta da recuperação de consumo no mercado da permissionária ocorrido no exercício.



Fonte: Departamento contabilidade – CERMOFUL 2017.

As despesas operacionais totalizaram em 2017 R\$ 30.854 mil 4,42% superiores em relação à 2016, destacando-se os custos com: pessoal que foram superiores em 3,20%. A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício foi de 4,52% contra (25,63) % em 2016.

O EBITDA ou LAJIDA, sobras antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 6.947 milhões, superior em 480,85% a 2016, que foi de R\$ 1.196 milhões, conforme evolução abaixo:



Fonte: Departamento Contabilidade – CERMOFUL 2017.

Investimentos

Em 2017, os investimentos da cooperativa, importaram em R\$ 3.115 mil, 26,88% superiores em relação à 2016, os quais foram realizados em Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a Permissionária estima um investimento total de R\$ 5.033 mil.

Evolução e projetos de investimento

EVOLUÇÃO E PROJEÇÃO DOS INVESTIMENTOS								
Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/12/2017				
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
AIS Bruto	1.690	2.455	3.115	1.006	1.108	1.047	903	969
Transformador de Distribuição	177	498	803	100	103	107	110	113
Medidor	325	648	302	85	89	95	96	97
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	117	117	516	64	64	49	49	46
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	1.071	1.010	1.183	757	852	796	648	713
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário de 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	-	182	311	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto								
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização		832	657					
Outros								
Originadas da Receita								
Ultrapassagem de demanda								
Excedente de reativos								
Diferença das perdas regulatórias								
Outros								
Outros								

Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição

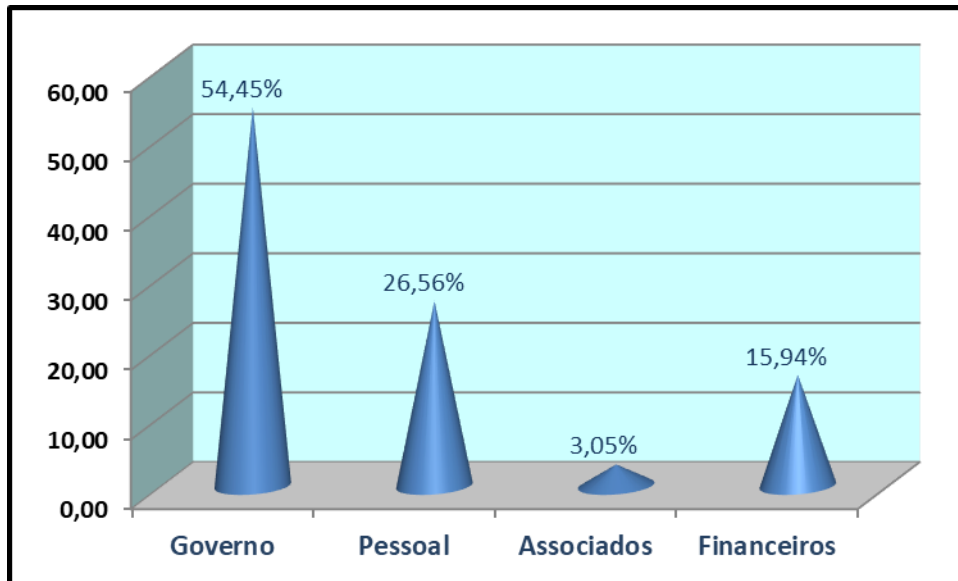
COMPARATIVO DOS INVESTIMENTOS EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA DISTRIBUIÇÃO						
R\$ Mil	2017R	2018P	2019P	2020P	2021P	2022P
Plano de Investimentos em 2018	3.115	1.006	1.108	1.047	903	969
R\$ Mil						
Plano de Investimentos em 2017	2017P	2018P	2019P	2020P	2021P	
	921	1.143	892	1.062	1.186	
Diferença	238%	-11,99%	24%	-1%	-24%	

Captações de recursos

Para viabilizar o programa de investimentos a cooperativa utilizou recursos próprios resultantes de fundos estatutários.

Valor adicionado

Em 2017, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela cooperativa foi de R\$ 23.035 milhões, representando 44,96% da Receita operacional bruta, com a seguinte distribuição:



Fonte: Departamento de contabilidade – CERMOFUL 2017.

Política de reinvestimento e distribuição de dividendos

Aos associados é garantido estatutariamente as sobras do exercício, ajustado de conformidade com a legislação societária vigente.

Além disso, a permissionária estatutariamente constitui reserva legal de 10% da sobra líquida do exercício e um fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição de 50% para cumprir os investimentos necessários ao cumprimento da universalização do serviço.

Composição do capital

Em 31 de dezembro de 2017 o capital social da permissionária era de R\$ 10.614 mil, composto por 10.614 mil quotas partes, com valor nominal de R\$ 1,00 real cada.

Comportamento do preço das cotas partes

As quotas-parte permanecem com os preços previstos no Capítulo V, Do Capital Social, Art. 14º do estatuto social, ou seja, de R\$ 1,00 (um real) cada.

Atendimento aos associados

Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e

aberta, a cooperativa coloca à disposição dos seus associados, a Central de Atendimento aos Associados, instalada na sua Sede Social, sito a Rua Prefeito Paulino Biff, nº 151 – Centro – Morro da Fumaça – SC., COD (Centro de Operação e Distribuição), com plantão 24 horas na sede social.

Os mesmos serviços estão disponíveis também por telefone (48) 3434-8100, ligações pelo sistema DDG (Discagem Direta Gratuita) por meio do número 0800 6432616 7019 e através do site www.cermoful.com.br.

Relações com o mercado

Ao longo do ano, a Cermoful realizou a assembleia geral onde compareceu um expressivo número de associados os quais demonstraram sua satisfação com o desempenho do serviço de distribuição.

GESTÃO

Administração

No início do ano 2017, a assembleia geral dos associados aprovou o plano de investimentos para o ano corrente, mostrando que as tarifas cobradas espelham com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento empresarial

A cooperativa vem obtendo êxito na adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve, em grande parte, à qualidade de seu planejamento empresarial.

Os rumos da cooperativa vêm sendo definidos com base no moderno conceito de planejamento por meio de cenários alternativos. Em 2017 foram realizados diversos treinamentos abrangendo cargos administrativos e técnicos a fim de alcançar os objetivos definidos.

A concepção do planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial da unidade e, ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças ambientais.

As tendências identificadas, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das unidades de negócios para os horizontes de curto e médio prazo.

O êxito que a Permissionária vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Essa nova concepção de planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial das unidades e, ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando as tendências identificadas, juntamente com os resultados dos cenários

empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas da Unidade de Negócio para os horizontes de curto e médio prazos.

Gestão pela qualidade total

Em 2017, as atividades relacionadas com a Gestão pela Qualidade foram mantidas.

Recursos humanos

Em 2017 a permissionária não realizou investimentos em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus empregados porém os treinamentos de capacitação planejados foram todos executados com recursos oriundos de auxílio do SESCOOP.

O investimento resultou em redução no quadro de empregados da permissionária.

Responsabilidade social

Cada vez mais, a cooperativa vem reforçando seu papel de empresa cidadã. Ciente de sua responsabilidade social tem atuado por meio de políticas, programas e práticas voltadas para o meio ambiente, o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Permissionária em números

Atendimento	2017	2016	%
Número de consumidores	13.742	13.387	2,65
Número de empregados	47	54	(12,96)
Número de consumidores por empregado	292	248	17,94
Número de postos de atendimento	1	1	-

Mercado	2017	2016	%
Área de permissão (Km ²)	139,05	139,05	-
Demanda máxima (MW)	24,69	23,03	7,21
Distribuição direta (MWh)	109.746	107.164	2,41
Consumo residencial médio (MWh/ano)	2,20	2,17	1,64
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	320,17	331,31	(3,33)
Total (exceto curto prazo)			
Residencial	357,84	371,22	(3,60)
Industrial	311,95	320,89	(2,79)
Comercial	344,64	360,46	(4,39)
Rural	256,25	253,83	0,95
Poderees públicos	362,69	391,17	(7,33)
Iluminação pública	199,27	218,26	(8,70)
Serviços públicos	307,20	336,73	(8,77)
DEC (horas) – Conjunto – Morro da Fumaça	2,18	2,78	(21,58)
FEC (nº de interrupções) – Conjunto – Morro da Fumaça	3,18	3,02	5,30
População atendida – Rural (em milhares)	46,88	46,88	-
Número de reclamações para 13.742 consumidores	1.195	1.128	5,94

Dados operacionais	2017	2016	%
Linhas de distribuição (km)	505,26	596,80	(15,34)
Capacidade instalada (MVA)	59,03	53,42	10,50

Dados financeiros	2017	2016	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	51.240	47.623	7,60
Receita operacional líquida (R\$ mil)	34.044	29.548	15,22
Margem operacional do serviço líquida (%)	2,06	(12,17)	116,94
EBITDA ou LAJIDA	6.947	1.196	480,85
Sobras líquidas (R\$ mil)	702	(3.871)	118,13
Sobras líquidas por lote de 1000 quotas (R\$ mil)	0,70	-(3,87)	118,13
Patrimônio líquido (R\$ mil)	15.544	15.103	2,92
Valor patrimonial do lote de mil quotas (R\$ mil)	1	1	-
Rentabilidade do patrimônio líquido	4,52	(25,63)	117,62
Endividamento do patrimônio líquido	261,05	274,17	(4,79)

AUDITORES INDEPENDENTES

A Audiconsult Auditores S/S – São José/SC prestou os serviços de auditoria externa relativa às demonstrações financeiras do exercício de 2017.

AGRADECIMENTOS

Ao quadro funcional, que com empenho e dedicação conseguiu executar as atividades inerentes ao bom desempenho do serviço de distribuição de energia elétrica em nossa área de permissão.

Ao conselho de administração e conselho fiscal, que novamente se mantiveram unidos nas decisões de interesse da CERMOFUL.

A todos que indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da permissionária.

Ao associado consumidor que participou de todas as atividades da permissionária expressando confiança na luta de consolidação do ideal cooperativo.

Morro da Fumaça - SC, 19 de abril de 2018.



Ricardo Tadeu Canto Bittencourt
Presidente

Everton Luiz Meneghel
Secretário

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Notas	2017	2016
Ativo circulante		12.569	11.887
Caixa e equivalentes de caixa		570	624
Consumidores	4	8.294	7.128
Serviços em curso		1.350	1.559
Tributos compensáveis		201	289
Almoxarifado operacional		450	609
Ativos financeiros setoriais	6	258	334
Despesas pagas antecipadamente		31	16
Outros ativos circulantes		1.415	1.328
Ativos de operações descontinuadas			
Bens destinados a alienação		1.057	377
Ativo não circulante		42.495	44.279
Consumidores		1.046	1.190
Depósitos judiciais e cauções		50	14
Tributos compensáveis		64	182
Imobilizado	5	41.139	42.769
Intangível		196	124
Total do ativo		56.121	56.543

 RICARDO TADEU CANTO BITTENCOURT PRESIDENTE CPF 582.843.979-00	 WAGNER MENDES CORREA CONTADOR CRC/SC 031791/O-6
--	--

BALANÇO PATRIMONIAL – PASSIVO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2017	2016
Passivo			
Passivo circulante		13.501	19.441
Fornecedores		1.582	6.117
Empréstimo e financiamento	7	578	1.634
Obrigações sociais e trabalhistas		802	843
Tributos		3.975	3.303
Provisão para litígios	9	459	24
Encargos setoriais		927	1.096
Passivos financeiros setoriais		764	2.256
Outros passivo circulantes		4.414	4.168
Passivo não circulante		27.075	21.999
Empréstimos e financiamentos		8.889	9.294
Tributos		5.114	3.002
Provisão para litígios		2.263	2.263
Outros passivos não circulantes		5.752	3.447
Obrigações vinculadas a permissão	10	5.058	3.993
Total do passivo		40.576	41.440
Patrimônio líquido	11		
Capital social		10.614	10.695
Outros Resultados Abrangentes		476	657
Reserva de Sobras		4.177	7.622
Sobras a disposição da AGO		277	(3.871)
Total do patrimônio líquido		15.545	15.103
Total do passivo e do patrimônio líquido		56.121	56.543

RICARDO TADEU CANTO BITTENCOURT
PRESIDENTE
CPF 582.843.979-00

WAGNER MENDES CORREA
CONTADOR
CRC/SC 031791/O-6

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2017	2016
Operações em continuidade			
Receita / ingresso	12	51.240	47.623
Fornecimento de energia elétrica		48.676	45.788
Ativos e passivos setoriais		2.031	1.277
Serviços cobráveis		49	64
Doações, contribuições e subveções		484	494
Tributos		11.246	10.592
ICMS		11.141	10.508
Pis		19	15
Cofins		86	69
Encargos - Parcela "A"		5.950	7.483
Pesquisa e desenvolvimento - p&d		-	148
Programa de eficiência energética - pee		-	52
Conta de desenvolvimento energético - cde		3.472	5.502
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - tfsee		93	76
Outros encargos		2.385	1.705
Receita líquida / Ingresso líquido		34.044	29.548
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		14.901	14.994
Energia elétrica comprada para revenda		9.574	9.373
Encargo de uso do sistema de distribuição		5.327	5.621
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		19.143	14.554
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	14	15.953	14.454
Pessoal e administradores		7.331	7.104
Material		461	394
Serviços de terceiros		1.949	2.581
Arrendamento e alugueis		443	62
Seguros		34	31
Doações, contribuições e subvenções		167	198
Provisões		919	213
Perdas na Alienação de Bens e Direitos		129	398
(-) Recuperação de Despesas		(29)	(29)
Tributos		84	103
Depreciação e amortização		1.892	1.727
Gastos diversos		2.573	1.672
Outras receitas operacionais		790	467
Outros despesas operacionais		193	1.916
Resultado da Atividade		3.787	(1.349)
Resultado financeiro		(3.085)	(2.522)
Receita financeiras		587	818
Despesas financeiras		3.672	3.340
Resultado Antes dos Impostos Sobre a sobras		702	(3.871)
(-) Contribuição social		-	0
(-) Imposto de renda		-	0
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		702	(3.871)
Sobras por quotas-parte originada das operações em continuidade			
básico - sobras de operações continuadas atribuíveis aos associados		0,07	-0,36


 RICARDO TADEU CANTO BITTENCOURT
 PRESIDENTE
 CPF 582.843.979-00


 WAGNER MENDES CORREA
 CONTADOR
 CRC/SC 031791/O-6

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE E DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS


CNPJ 86..533.346/0001-71

(Valores expressos em milhares de reais)

	2017	2016
RESULTADO/SOBRA LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	702	(3.871)
(+/-) Resultados Abrangentes	-	-
Reversão reserva de reavaliação NBC TG 27	-	-
Reversão reserva do FATES NBC T 10.8	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	702	(3.871)
RESULTADO COM TERCEIROS	-	-
Resultado líquido do exercício (Operações com não associados)	-	-
Base para destinações legais e estatutárias	702	-
Fundo de reserva - Art. 47, inc. I - Estatuto Social - 10%	(61)	-
FATES - Art. 47, inc. II - Estatuto Social - 10%	(61)	-
Fundo exp.manut. sistema distribuição - Art. 47, inc. III - Estatuto Social - 50%	(304)	-
FATES - Operações com terceiros	-	-
(=) RESULTADO/SOBRA ABRANGENTE ATRIBUÍVEL AOS ASSOCIADOS NA AGO	276	-



RICARDO TADEU CANTO BITTENCOURT
PRESIDENTE
CPF 582.843.979-00



WAGNER MENDES CORREA
CONTADOR
CRC/SC 031791/O-6

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Atividades operacionais		
Sobra líquida do exercício	277	(3.871)
Despesas (receitas que não afetam o caixa)	2.411	1.940
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	519	213
Depreciação e amortização	1.892	1.727
Resultado ajustado do exercício	2.688	(1.931)
Redução (aumento) no ativo circulante	(1.254)	(1.204)
Consumidores	(1.684)	319
Serviços em curso	209	(1.180)
Tributos a compensar	88	272
Estoque	159	(125)
Ativos financeiros setoriais	76	(164)
Despesa do exercício seguinte	(15)	(2)
Outros ativos circulantes	(87)	(324)
Aumento (redução) no passivo circulante	(5.940)	1.507
Fornecedores	(4.535)	896
Emprestimos e financiamentos	(1.056)	150
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	(41)	72
Tributos	672	(233)
Provisão para litígios	435	(4)
Encargos setoriais	(169)	(338)
Passivos regulatórios	(1.492)	1.080
Outras contas a pagar	246	(116)
Redução (aumento) no ativo não circulante	227	312
Tributos a compensar	118	128
Depósitos judiciais	(36)	34
Consumidores, concessionárias e permissionárias	214	150
Ajuste a valor presente	(69)	0
Redução (aumento) no passivo não circulante	5.482	5.436
Tributos e contribuições sociais	2.112	2.317
Obrigações vinculadas à concessão do serviço público	1.065	832
Ativos financeiros da permissão		-
Outros passivos não circulantes	2.305	2.287
Total das atividades operacionais	1.203	4.120
Atividades de investimento		
Redução/Aumento no intangível	3.450	(2.547)
Outros Investimentos/pagamentos	(680)	(67)
Total das atividades de investimento	2.770	(2.614)
Atividades de financiamento		
Variação de Emprestimos e Financiamentos	(405)	(1.114)
Capital a integralizar	4	7
Utilização de reservas	(3.626)	(1.030)
Total das atividades de financiamento	(4.027)	(2.137)
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa	(54)	(631)
Saldo inicial de caixa	624	1.255
Saldo final de caixa	570	624
Variação no caixa e equivalentes de caixa	(54)	(631)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.


 RICARDO TADEU CANTO BITTENCOURT
 PRESIDENTE
 CPF 582.843.979-00




 WAGNER MENDES CORREA
 CONTADOR
 CRC/SC 031791/0-6

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Ajustes de avaliações patrimoniais	Reservas de lucros			Saldo a disposição da AGO	Total do patrimônio líquido
			Fundo de reserva	FEMSD	FATES		
Saldos em 31 de dezembro de 2015	10.688	1.002	776	7.531	2	-	19.997
Capital Social							
Desmembramento	-	-	-	-	-	-	-
Integralização das sobras	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de quotas	40	-	-	-	-	-	40
Capital a integralizar	(5)	-	-	-	-	-	(5)
Devolução de capital	(28)	-	-	-	-	-	(28)
Integralização de reservas/fundos	-	-	-	-	-	-	-
Realização de reservas/fundos	-	(345)	-	(685)	-	-	(1.030)
Resultado do exercício (Ativ. com associados)	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	(3.871)	(3.871)
Fates - Art. 87 da Lei 5.764/71 (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	-	-
Destinações estatutárias:							
Fundo de reserva	-	-	-	-	-	-	-
Fates	-	-	-	-	-	-	-
Fundo expansão manutenção sistema distribuição	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	10.695	657	776	6.846	-	(3.871)	15.103
Capital Social							
Desmembramento	-	-	-	-	-	-	-
Integralização das sobras	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de quotas	22	-	-	-	-	-	22
Capital a integralizar	5	-	-	-	-	-	5
Devolução de capital	(108)	-	-	-	-	-	(108)
Integralização de reservas/fundos	-	-	-	-	-	3.870	3.870
Realização de reservas/fundos	-	(181)	(527)	(3.343)	-	-	(4.051)
Resultado do exercício (Ativ. com associados)	-	-	-	-	-	1.496	1.496
Resultado do exercício (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	(792)	(792)
Fates - Art. 87 da Lei 5.764/71 (Ativ. com não associados)	-	-	-	-	-	-	-
Destinações estatutárias:							
Fundo de reserva	-	-	61	-	-	(61)	-
Fates	-	-	-	-	61	(61)	-
Fundo expansão manutenção sistema distribuição	-	-	-	304	-	(304)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	10.614	476	310	3.807	61	277	15.545

 RICARDO TADEU CANTO BITENCOURT PRESIDENTE CPF 582.843.979-00	 WAGNER MENDES CORREA CONTADOR CRC/SC 031791/O-6
---	--

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (MME), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Cooperativa é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seu contrato de permissão.

De acordo com o contrato de permissão de distribuição, essa Cermoful está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis ("Custos da Parcela A"); e (2) uma parcela de custos operacionais ("Custos da Parcela B"). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da permissão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Cooperativa, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (Ajuste Escalar) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos custos da parcela "A" e parcela "B" mencionados acima, as permissões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Cooperativa pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Cermoful solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado "Livre Acesso", assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela

ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina e repassados as permissionárias supridas.

2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da Cermoful.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3. Principais Práticas Contábeis Regulatória

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias apresentadas nas páginas 32 a 34, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de

que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de Permissão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de permissão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em **31 de março de 2014**. (Laudo de Ativos) A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (Permissão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Cermoful não agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à Permissão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das permissionárias e de consumidores não cooperados das

permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: não foi realizada qualquer reavaliação no balanço societário.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL.

A reavaliação foi registrada em 31 de março de 2014, com base em Laudo de Reavaliação de Ativos e está de acordo com os montantes homologados pela ANEEL no processo de revisão tarifária da data-base de 28 de setembro de 2014.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Cermoful é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada.

A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

4. Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

Composição das Contas a Receber

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					TOTAL		
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Total	Provisão p/ Devedores	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA		Provisão p/ Devedores	TOTAL 2017	TOTAL 2016
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias			Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias			
Fornecimento de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Residencial	1.150	-	371	6	7	288	1.822	(307)	-	36	-	-	(25)	1.526	1.240
Industrial	2.421	-	448	-	-	929	3.799	(970)	-	1.695	-	1.046	(185)	5.385	5.325
Comercial	617	-	242	77	2	70	1.009	(90)	-	116	-	-	(3)	1.032	655
Rural	145	-	22	-	-	2	169	(2)	-	-	-	-	-	167	143
Poderes Públicos	40	-	2	4	-	-	46	-	-	-	-	-	-	46	33
Iluminação Pública	158	-	-	-	-	14	172	(14)	-	2	-	-	(2)	158	116
Serviço Público	7	-	-	-	-	-	7	-	-	14	-	-	-	21	6
Serviço Taxado	6	-	3	-	-	2	10	(2)	-	-	-	-	-	8	10
Fornecimento Não Faturado	634	-	-	-	-	-	634	-	-	-	-	-	-	634	482
Participação Financeira do Consumidor	117	-	-	-	-	26	143	-	-	-	-	-	-	143	79
(-) Arrecadação Processo Classif.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	220	-	-	-	-	-	220	-	-	-	-	-	-	220	229
TOTAL	5.515	-	1.089	86	9	1.331	8.031	(1.385)	-	1.863	-	1.046	(215)	9.340	8.318

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, conforme determina o MCSE – Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – Resolução ANEEL nº. 605, de 11/03/2014, item 7.2.8 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, enquadrados nas seguintes condições:

Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;

Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e

Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

Esta provisão é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Os parcelamentos de débitos estão reconhecidos em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber.

5. Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2017	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2017	Valor líquido em 31/12/2016	Obrigações especiais brutas	Amortização acumulada	Obrigações especiais líquidas
Distribuição	49.497	3.115	3.112	-	-	49.499	3	11.715	37.784	37.891	1.915	205	1.710
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	4	311	-	-	-	315	311	4	307	4	-	-	-
Máquinas e equipamentos	49.370	2.805	3.112	-	-	49.062	(308)	11.621	37.441	37.846	1.915	205	1.710
Veículos	93	-	-	-	-	93	-	74	19	26	-	-	-
Móveis e utensílios	30	-	-	-	-	30	-	16	14	15	-	-	-
Administração	1.927	9	-	-	-	1.936	9	415	1.521	1.562	-	-	-
Terrenos	85	-	-	-	-	85	-	-	85	85	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	65	-	-	-	-	65	-	53	562	567	-	-	-
Máquinas e equipamentos	348	9	-	-	-	357	9	268	89	113	-	-	-
Veículos	53	-	-	-	-	53	-	26	27	35	-	-	-
Móveis e utensílios	96	-	-	-	-	96	0	68	28	32	-	-	-
Comercialização	82	-	-	-	-	82	0	34	48	53	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	46	-	-	-	-	46	-	24	22	24	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	36	-	-	-	-	36	-	10	26	29	-	-	-
Subtotal	51.505	3.124	3.112	-	-	51.516	11	12.163	39.353	39.506	1.915	205	1.710
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2017	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2017	Valor líquido em 31/12/2016	Obrigações especiais brutas	Amortização acumulada	Obrigações especiais líquidas
Distribuição	3.241	3.510	4.992	-	-	1.759	(1.482)	-	1.759	3.240	3.347	-	3.347
Máquinas e equipamentos	124	2.248	2.916	-	-	456	(668)	-	456	1.124	1.718	-	1.718
Outros	2.117	1.262	2.075	-	-	1.303	(814)	-	1.303	2.116	1.629	-	1.629
Administração	23	12	-	-	-	35	12	-	26	23	-	-	-
Máquinas e equipamentos	23	12	9	-	-	26	3	-	26	23	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	3.264	3.522	4.992	-	-	1.794	(1.470)	-	1.786	3.263	3.347	-	3.347
Total do Ativo Imobilizado	54.769	6.646	8.104	-	-	53.311	-1.458	12.163	41.139	42.769	5.262	205	5.058

A composição do intangível é como segue:

Ativo Intangível em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Distribuição	73	-	-	-	-	73	-	-	73	73
Serviços	73	-	-	-	-	73	-	-	73	73
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	193	-	-	-	-	193	-	176	17	41
Softwares	193	-	-	-	-	193	-	176	17	41
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	266	-	-	-	-	266	-	176	90	114
Ativo Intangível em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Distribuição	10	96	-	-	-	106	96	-	106	96
Serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	10	96	-	-	-	106	96	-	106	96
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	10	96	-	-	-	106	96	-	106	96
Total do Ativo Intangível	276	96	-	-	-	372	96	176	196	124

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2017	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	49.497	3.115	1.123	-	-1.990	49.499	1.992
Transformador de Distribuição	9.585	803	250	-	412	10.550	553
Medidor	3.209	302	150	-	(432)	2.929	152
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	6.442	1.183	142	-	(777)	6.707	1.041
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	8.118	516	50	-	(1.260)	7.324	466
Redes Alta Tensão (69 kV)	602	-	19	-	30	613	-19
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	12.073	-	-	-	-	12.073	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	9.468	311	512	-	36	9.304	(201)
Obrigações Especiais do AIS Bruto	3.993	1.396	331	-	-	5.058	1.065
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	3.993	1.396	331	-	-	5.058	1.065
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Originadas da Receita	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-

	2017			2016
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido
Em serviço				
Distribuição	4,88	49.499	11.715	37.784
Custo histórico		48.403	11.515	36.889
Correção monetária especial		-	-	-
Reavaliação		1.096	201	896
Administração	8,49	1.936	414	1.522
Custo histórico		2.855	919	1.936
Correção monetária especial		-	-	-
Reavaliação		(919)	(505)	(414)
Comercialização	10,25	82	35	47
Custo histórico		106	59	47
Correção monetária especial		-	-	-
Reavaliação		(24)	(24)	(0)
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço público de energia elétrica				
Custo histórico		-	-	-
Reavaliação		-	-	-
		51.517	12.164	39.353
Em curso				
Geração		-	-	-
Transmissão		-	-	-
Distribuição		1.759	-	1.759
Administração		27	-	27
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço público de energia elétrica		-	-	-
		1.786	-	1.786
		53.303	12.164	41.139
				42.769

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Juros Capitalizados	Depreciação/ Amortização	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	15	-	-	-	-	15
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	1.937	62	142	-	-	107	2.248
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-
A Ratear	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos	-	-	-	-	-	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	-	-	-	-	-	-	-
Material em Depósito	-	-	-	-	-	-	-
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	-	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Total das Adições	1.937	77	142	-	-	107	2.263

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a /resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11/08/2015 , são as seguintes:	
	Taxas anuais de depreciação (%)
Distribuição	6,67
Barra de capacitores	6,67
Chave de distribuição	3,57
Condutor do sistema	3,57
Estrutura do sistema	4,35
Regulador de tensão	4,00
Transformador	4,00
Administração central	
Edificações	3,33
Equipamento geral	6,25
Veículos	14,29

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das Permissões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à Permissão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na permissão.

6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

i) Neutralidade da Parcela "A"

É o valor apurado referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de permissão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da parcela "A".

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/16	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/17	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante	Não circulante
Demais Ativos Financeiros Setoriais	334	99	175	-	-	258	-	258	258	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	334	99	175	-	-	258	-	258	258	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	334	99	175	-	-	258	-	258	258	-

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/16	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/17	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante	Não circulante
Demais Passivos Financeiros Setoriais	2.256	2.460	3.953	-	-	764	-	764	17	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	74	75	132	-	-	17	-	17	17	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Devoluções Tarifárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	2.182	2.386	3.821	-	-	747	-	747	-	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	2.256	2.460	3.953	-	-	764	-	764	17	-

Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2017	Total 2016
Dívida Bruta	-	4.553	14.003	18.556	20.235
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	10.928
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	578	8.889	9.467	6.305
Tributária	-	3.975	5.114	9.089	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-
Intrasetoriais	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-
Intrasetoriais Corrente em Atraso	-	-	-	-	3.002
Tributária Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Derivativos a Pagar	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros	-	570	-	570	624
Alta Liquidez	-	70	-	70	87
Demais Aplicações Financeiras	-	500	-	500	537
Derivativos a Receber	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Dívida Líquida	-	3.983	14.003	17.986	19.611

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias são demonstrados como segue:

	2017	2016
Ativo circulante		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-
Provisão para perdas em estoque	-	-
	-	-
Ativo não circulante		
Provisão para déficit previdenciário	-	-
Provisão para contingências fiscais	-	-
Provisão para outras contingências	-	-
	-	-
	-	-

A permissionária apurou resultado positivo no exercício de 2017, porém as operações com associados apresentaram perdas no serviço a público indistinto.

A Permissionária não provisionou créditos tributários diferidos, sendo o ato cooperativo isento de tributação.

9. Provisões para Litígios

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
Saldos em 31/12/2016	-	24	2.263	-	-	-	2.287
Constituição	400	59	-	-	-	-	459
Baixas/reversão	-	(24)	-	-	-	-	(24)
Atualização	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2017	400	59	2.263	-	-	-	2.722

10. Obrigações vinculadas à Permissão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à Permissão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço	4,05	1.916	-	-	1.916
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	4,05	1.916	-	-	1.916
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	-	205	-	-	205
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	205	-	-	205
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-
Total	4,05	1.711	-	-	1.711

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2017	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2017	Valor líquido em 31/12/2016
Em serviço	2.678	955	-	-	-	3.633	955	-	3.633	2.581
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	2.678	955	-	-	-	3.633	955	-	3.633	2.909
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	(97)	-	-	-	-	(97)	-	107	(204)	(328)
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	(97)	-	-	-	-	(97)	-	107	(204)	(328)
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2017	Adições líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2017	Valor líquido em 31/12/2016
Em curso	1.412	217	-	-	-	1.629	217	-	1.629	1.412
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Pendentes de Recebimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	1.412	217	-	-	-	1.629	217	-	1.629	1.412
Ultrapassagem de demanda	665	148	-	-	-	813	90	-	813	665
Excedente de reativos	747	69	-	-	-	816	59	-	816	747
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	3.993	1.172	-	-	-	5.165	1.172	107	5.058	3.993

As principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

Controladora	
Descrição do bem	em R\$ mil
1. Ultrapassagem de demanda	148
2. Reativos excedentes	69
3.	-
4.	-
5.	-
6.	-
7.	-
8.	-
9.	-
10.	-

Consolidado	
Descrição do bem	em R\$ mil
1. Ultrapassagem de demanda	148
2. Reativos excedentes	69
3.	-
4.	-
5.	-
6.	-
7.	-
8.	-
9.	-
10.	-

As principais baixas (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

Controladora	
Descrição do bem	em R\$ mil
1. Desativação	19
2.	-
3.	-
4.	-
5.	-
6.	-
7.	-
8.	-
9.	-
10.	-

Consolidado	
Descrição do bem	em R\$ mil
1. Desativação	19
2.	-
3.	-
4.	-
5.	-
6.	-
7.	-
8.	-
9.	-
10.	-

11. Patrimônio Líquido

Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 10.614 mil, sendo constituído de quotas-partes conforme artigo 14º do estatuto social.

“Art. 14. O capital social da Cermoful é representado por quotas - partes no valor de R\$ 1,00 (um real) cada, não tendo limite quanto ao máximo, variando conforme o número de cotas subscritas, porém nunca inferior a R\$ 600,00 (seiscentos mil reais)”.

Quotistas	Número de quotas partes em milhares		
	Capital subscrito	Capital à integralizar	Capital integralizado
Associados	10.614	-	10.614

Reservas de capital

A permissionária não possui em seu patrimônio líquido registro de reservas de capital.

Reservas de sobras

Reservas de Capital	2017	2016
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001	-	-
Doações e subvenções para investimentos	-	-
Conta de resultados a compensar (CRC)	-	-
Outras	-	-
	-	-
	2017	2016
Reserva legal	309	776
sobras a realizar	-	-
Reserva para investimentos	3.807	6.846
Fates	61	-
	4.177	7.622

A reserva legal é constituída com base em 10% da sobra líquida do exercício pela legislação societária.

A reserva para investimentos é constituída com base em 50% da sobra líquida do exercício conforme estatuto social.

Ajustes de exercícios anteriores

A permissionária não apresentou em suas demonstrações ajustes de exercícios anteriores.

12. Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Fornecimento - Faturado	13.742	13.387	109.746	107.163	48.739	46.003
Residencial	10.891	10.683	26.455	26.027	12.109	11.687
Industrial	899	798	61.056	59.620	27.189	25.510
Comercial	1.094	1.066	12.650	12.112	6.176	5.819
Rural	743	728	3.477	3.331	1.171	1.019
Poder público	94	91	842	834	437	419
Iluminação pública	6	6	5.091	5.080	1.577	1.478
Serviço público	15	15	175	159	80	71
Suprimento Faturado					-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado					-	-
Consumidores Cativos					-	-
Consumidores Livres					-	-
Encargos de conexão de agentes de geração					-	-
Permissionárias					-	-
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado					-	-
(-) Transferências					(217)	(149)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda					(148)	(90)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos					(69)	(59)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas Regulatórias					-	-
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado					153	(66)
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva					-	-
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução					-	-
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Financeiros					2.032	1.277
Setoriais					-	-
Serviços Cobráveis					49	64
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					484	494
Total	13.742	13.387	109.746	107.163	51.240	47.623

13. Compra e venda de energia elétrica de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica- CCEE

Nos exercícios de 2017 e 2016, a Cermoful não efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

14. Pessoal e Administradores

	2017	2016
Pessoal	6.880	6.641
Remuneração	4.254	4.214
Encargos	1.795	1.687
Previdência privada - Corrente	-	-
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	-	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
Outros benefícios - Corrente	524	589
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	307	151
Administradores	451	463
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	451	463
Benefícios dos administradores	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	7.331	7.104

15. Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	-	-
Imposto de renda e contribuição social calculados (X% e X%)	-	-
Efeitos fiscais sobre:	-	-
Participação nos resultados	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-
Incentivos fiscais	-	-
Encargos capitalizados	-	-
Compensação da CSLL e com a Cofins	-	-
Outros	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	-	-

A permissionária apurou resultado positivo no exercício de 2017, porém as operações com associados apresentaram perdas no serviço a público indistinto

16. Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

A Permissionária possui somente uma unidade de negócio que é a distribuição de energia elétrica.

Principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações por Unidades de Negócio:

Receita da unidade	G	T	D	ANV	Total
Geração - G	-	-	-	-	-
Transmissão - T	-	-	-	-	-
Distribuição - D	-	-	51.240	-	51.240
Atividades não vinculadas - ANV	-	-	-	-	-
	-	-	51.240	-	51.240

17. Revisão e Reajuste Tarifário

17.1. Revisão Tarifária Periódica

A ANEEL submeteu à Audiência Pública nº 19/2011. as metodologias e os critérios gerais para o primeiro ciclo de revisões tarifárias periódicas das permissionárias de serviço público de distribuição de energia.

Após análise das contribuições recebidas, a ANEEL aprimorou as propostas metodológicas e as submeteu à primeira etapa de Audiência Pública, de modo a proporcionar aos interessados a oportunidade de oferecer contribuições adicionais para a metodologia e critérios a serem adotados.

Por fim, a Resolução Normativa nº 537, de 15 de março de 2013, alterada pela Resolução Normativa nº 555 de 27, de junho de 2013, aprovou o Módulo 8.1 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, o qual definiu a metodologia e os procedimentos gerais para realização do primeiro Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas das Permissionárias de Distribuição de Energia Elétrica - CRTP.

As tarifas, homologadas produziram efeitos retroativos a partir de 28 de setembro de 2014 até 27 de setembro de 2015. Em setembro de 2014, a ANEEL homologou a revisão tarifária da Cermoful através da Resolução Homologatória nº 1.795./2014.

Com base no laudo de avaliação da base de remuneração regulatória a ser encaminhado para análise da ANEEL e nos demais componentes da tarifa atualizados de acordo com a metodologia dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, essa permissionária estima que as tarifas de fornecimento serão aumentadas quando definidas pela ANEEL.

Essa situação somente poderá ser analisada após a opção de aplicação da metodologia do 2º ciclo para as tarifas da Cooperativa.

Adicionalmente, por meio da Audiência Pública nº 062/2015, foram discutidas alterações na Estrutura Tarifária das permissionárias, a serem aplicadas em grande parte na próxima revisão tarifária. Essas alterações foram consolidadas na alteração dos submódulos 8.1, 8.2, 8.3 e acrescentou o submódulo 8.4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aprovado pela Resolução Normativa nº 704, de 28 de março de 2016.

Através de aditivo de contrato a permissionária aderiu a metodologia do Submódulo 8.4 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aprovado pela Resolução Normativa nº 704, de 28 de março de 2016, já aplicado aos reajustes tarifários ocorridos no exercício.

17.2. Reajuste Tarifário Anual

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de permissão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações

incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IPCA, ajustado pela aplicação do Fator X, conforme mencionado no parágrafo anterior.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 2339, de 31 de outubro de 2017, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Cermoful cujo reajuste médio foi de 19,04%, correspondendo a um efeito médio de 19,99.% percebido pelos consumidores.

17.3. Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das permissionárias vinculados à permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes:

- a) A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- b) As inclusões entre as data-base do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;
- c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-base do segundo e terceiro ciclos de revisão tarifária – base incremental (item b);
- d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e
- e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IPCA, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõe a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	31.413
(2) Índice de Aproveitamento Integral	-
(3) Obrigações Especiais Bruta	-
(4) Bens Totalmente Depreciados	769
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	30.644
(6) Depreciação Acumulada	9.266
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	-
(10) Almojarifado em Operação	94
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	-
Descrição	Valores
(13) Terrenos e Servidões	-
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	22.241
(15) Saldo RGR PLPT	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-
(17) Taxa de Depreciação	4,00%
(18) Quota de Reintegração Regulatória	1.226
(19) WACC real antes de impostos	3,77%
(20) Taxa RGR PLPT	-
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	-
(22) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19)	838

17.4. Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI.

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	1.554
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	389
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	389
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	771
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	21
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	63
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	161
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	245

17.5. Ajuste da Parcela “B” em Função de Investimentos Realizados

A metodologia aplicada a permissionária não prevê ajuste da parcela B em função dos investimentos realizados.

17.6. Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário)

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 10.3 do PRORET, que trata da revisão tarifária das permissionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão tarifária da Cermoful é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da permissionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Descrição	Receita Último IRT (R\$)	Receita Verificada (R\$)	Revisão (R\$)	Variação Projetado (%)	Impacto na Revisão Tarifária (%)	Participação Receita (%)
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)						
1.1. Encargos Setoriais	3.798					9,53
TFSEE	99	-	-	-	-	0,25
CDE	2.877	-	-	-	-	7,22
PROINFA	822	-	-	-	-	2,06
P&D (Eficiência Energética)	-	-	-	-	-	-
1.2. Transmissão	6.390					16,03
Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Rede Básica Fronteira Itaipu	-	-	-	-	-	-
Conexão CUSD	6.390	-	-	-	-	16,03
Outros	-	-	-	-	-	-
1.3. Compra de Energia	8.809					4,18
CCEAR Existente	-	-	-	-	-	-
CCCEAR Nova	-	-	-	-	-	-
Contratos Bilaterais	8.809	-	-	-	-	4,18
Itaipu	-	-	-	-	-	-
2. PARCELA B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	20.549					51,54
2.1. Custos Operacionais + Anuidades	16.713	-	-	-	-	41,92
2.2. Remuneração	946	-	-	-	-	2,37
2.3. Depreciação	1.990	-	-	-	-	4,99
2.4. Receitas Irrecuperáveis	-	-	-	-	-	-
2.5. Outras Receitas	900	-	-	-	-	2,26
3. Reposicionamento Econômico						8,31
4. Componentes Financeiros						2,38
5. Reposicionamento com Financeiros						10,69
6. Financeiros Retirados do IRT anterior						9,30
7. Efeito para Consumidor						19,99

18. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Cermoful seguiu a regulamentação societária para a contabilização e

elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Cermoful seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada neste Manual. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em reais)

	2017			2016			
	Notas	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em Continuidade							
Receita / Ingresso		51.240	(3.115)	54.355	47.623	(3.262)	50.885
Fornecimento de energia elétrica		48.676	-	48.676	45.788	-	45.788
Ativos e passivos financeiros setoriais		2.031	-	2.031	1.277	-	1.277
Serviços cobráveis		49	-	49	64	-	64
Doações, contribuições e subvenções		484	-	484	494	-	494
Outras receitas vinculadas		-	(3.115)	3.115	-	(3.262)	3.262
Tributos		11.246	-	11.246	10.592	-	10.592
ICMS		11.141	-	11.141	10.508	-	10.508
Pis		19	-	19	15	-	15
Cofins		86	-	86	69	-	69
Encargos - Parcela "A"		5.951	-	5.950	7.483	-	7.483
Pesquisa e desenvolvimento - p&d		-	-	-	148	-	148
Programa de eficiência energética - pee		-	-	-	52	-	52
Conta de desenvolvimento energético - cde		3.472	-	3.472	5.502	-	5.502
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - tfse		93	-	93	76	-	76
Outros encargos		2.386	-	2.386	1.705	-	1.705
Receita Líquida / Ingresso Líquido		34.043	(3.115)	37.159	29.548	(3.262)	32.810
Custos Não Gerenciáveis - Parcela "A"		14.901	-	14.901	14.994	-	14.994
Energia elétrica comprada para revenda		9.574	-	9.574	9.373	-	9.373
Encargo de uso do sistema de distribuição		5.327	-	5.327	5.621	-	5.621
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		19.143	(3.115)	22.258	14.554	(3.262)	17.816
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"		15.952	(3.209)	18.565	14.454	(3.383)	19.286
Pessoal e administradores		7.331	-	7.331	7.104	-	7.104
Material		461	-	461	394	-	394
Serviços de terceiros		1.949	-	1.949	2.581	-	2.581
Arrendamentos e aluguéis		443	-	443	62	-	62
Seguros		34	-	34	31	-	31
Doações, contribuições e subvenções		167	167	-	198	198	-
Provisões		919	919	-	213	213	-
Perdas na Alienação de Bens e Direitos		129	129	-	398	398	-
(-) Recuperação de Despesas		(29)	(29)	-	(29)	(29)	-
Tributos		84	-	84	103	-	103
Depreciação e amortização		1.892	(94)	1.986	1.727	(121)	1.848
Gastos diversos		2.573	(2.326)	4.899	1.672	(3.194)	4.866
Outras receitas operacionais		790	(790)	-	467	(467)	-
Outros despesas operacionais		193	(1.185)	1.378	1.916	(381)	2.297
Resultado da Atividade		3.787	(94)	3.693	(1.349)	(121)	(1.470)
Resultado financeiro		(3.085)	-	(3.085)	(2.522)	-	(2.522)
Receita financeiras		587	-	587	818	-	818
Despesas financeiras		3.672	-	3.672	3.340	-	3.340
Resultado Antes dos Impostos Sobre a sobras		702	(94)	608	(3.871)	(121)	(3.992)
(-) Contribuição social		-	-	-	-	-	-
(-) Imposto de renda		-	-	-	-	-	-
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		702	(94)	608	(3.871)	(121)	(3.992)

Sobras por quotas-parte originada das operações em continuidade

básico - sobras de operações continuadas atribuíveis aos associados

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

18.1. Consumidores

Não houve ajustes para o grupo.

18.2. Ativos e passivos financeiros setoriais

Não houve ajustes para o grupo.

18.3. Ativos financeiros da permissão

Os ajustes são decorrentes da contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito de receber indenização. Estes lançamentos foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Na contabilidade regulatória esse valor faz parte do ativo imobilizado.

A diferença é constituída de bens com duração acima da data prevista para o encerramento do contrato de permissão.

18.4. Imobilizado

18.4.1 Reavaliação compulsória

Os ajustes são resultantes de aplicação do VNR (Valor Novo de Reposição) advindos do laudo de avaliação do 1º CRT que não é aceito na contabilidade societária.

18.4.2 Depreciação

Os ajustes são resultantes de aplicação do VNR (Valor Novo de Reposição) advindos do laudo de avaliação do 1º CRT que não é aceito na contabilidade societária.

18.5. Intangível

18.5.1. Reavaliação compulsória

Não houve ajuste no grupo do intangível sendo os valores idênticos a contabilidade societária e regulatória.

18.5.2. Depreciação

Não houve ajuste no grupo do intangível sendo os valores idênticos a contabilidade societária e regulatória.

18.6. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

18.6.1. Reavaliação compulsória

Não houve ajustes visto que a permissionária não possui obrigações vinculadas a permissão em serviço.

18.6.2. Amortização

Não houve ajustes visto que a permissionária não possui obrigações vinculadas a permissão em serviço.

18.7. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

18.7.1. Ativo financeiro

Não houve efeitos de contabilização de contratos de permissão (ICPC 01).

18.7.2. Ativo intangível

Não houve efeitos de contabilização de contratos de permissão (ICPC 01).

18.7.3. Receita e Custo de construção (resultado)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do ICPC 01 e OCPC 05, que por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado a permissão, deve ser reconhecido conforme aplicação do IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO e CUSTO DE CONSTRUÇÃO do ativo intangível da permissão.

18.7.4. Remuneração do ativo financeiro (resultado)

Não foi aplicado nos anos de 2017 e 2016 qualquer remuneração aos ativos financeiros.

18.7.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Não houve registro de ajuste a impostos e contribuições diferidos, visto que a permissionária opera com associados que tem o privilegio fiscal da isenção e também ao fato de apuração de perdas significativas no exercício anterior.

18.8. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	2017	2016
Saldos no início do exercício	15.527	14.953
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	17,00	150
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	(260)	(79)
Depreciação - reavaliação regulatória compulsória	-	-
Reserva de sobras	277	229
....	-	-
....	-	-
....	-	-
....	-	-
.....	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Saldos no fim do exercício	15.544	15.103

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória, referem-se a reversão da Reserva de Reavaliação Regulatória Compulsória, já que a mesma não é aceita pelas normas da Contabilidade Internacional, sendo revertida contra as contas correspondentes do Ativo Imobilizado em Serviço.

Com relação ao destaque da Depreciação da reavaliação Regulatória Compulsória, bem como os efeitos IFRS em outras reservas de capitais, referem-se a reversão da realização da reserva regulatória compulsória ocorrida na Contabilidade Regulatória, revertida conforme regras da Contabilidade Internacional, e, conforme orientação dos auditores, representada como diferenças IFRS em outras Reservas de capital.

18.9. Conciliação das sobras líquidas societária e regulatório

	2017	2016
Sobra (perdas) líquido conforme contabilidade societária	608	(3.992)
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	94	121
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	-	-
Reavaliação regulatória compulsória	-	-
Depreciação – reavaliação regulatória compulsória	94	121
...	-	-
....	-	-
....	-	-
...	-	-
.....	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Sobras (perdas) líquida regulatório	702	(3.871)

Depreciação – Reavaliação Regulatória Compulsória: Trata-se da reversão das cotas de depreciação da reavaliação regulatória compulsória, realizadas no exercício de 2017, cujos efeitos não são reconhecidos na Contabilidade Societária.

19. Formação Básica das Notas Explicativas

As notas explicativas da administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis foram redigidas obedecendo rigorosamente a Legislação pertinente e teve autorização para sua divulgação em 26/03/2018 pelo Conselho de Administração, não podendo os senhores sócios proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil as Políticas Contábeis específica para o setor elétrico e estão todas apresentadas em (R\$/mil).